



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

Autoridade portuária de santos promove série de 'lives' sobre gestão e integridade pública

A "2° Semana da Integridade" tem como tema "O desafio de reestruturar uma empresa alvo de corrupção" e segue até a próxima quarta-feira (9)

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.63369:1565718165/Porto-de-Santos.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=fafdaed&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.63369:1565718165/Porto-de-Santos.jpg?f=2x1&pf=fafdaed&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Autoridade Portuária de Santos promove a "2° Semana da Integridade" (Foto: Divulgação/Governo do Brasil)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) deu início, nesta quinta-feira (3), à 2ª Semana da Integridade. A programação, que segue até a próxima quarta-feira (9), conta com mais de 20 palestras voltadas a empregados da companhia. Seis destas apresentações serão transmitidas ao vivo, pelo canal da empresa no Youtube, de forma gratuita.

Segundo a APS, com este evento, ela busca melhorar a cultura empresarial "aliada a valores éticos, de integridade e transparência de gestão".

O primeiro dia do evento contou com a palestra "O Desafio de Reestruturar uma Empresa Alvo de Corrupção", ministrada pela diretora de Riscos e Compliance, do escritório brasileiro do grupo suíço de gestão de patrimônio, Julius Baer, que é ex-responsável pela área na construtora Odebrecht.

Na sequência, a coordenadora-geral de Integridade Pública da Controladoria-Geral da União (CGU), Carolina Souto Carballido, apresentou sobre "Os valores do serviço público federal". Na última palestra de quinta-feira, a gerente de Ouvidoria da SPA, Monise Areias, explicou sobre a "Importância do Controle Social para a Integridade da Administração Pública".

As palestras de quinta-feira (3) foram gravadas e estão disponíveis para o público, **bastar clicar aqui ABAIXO**.

<https://www.youtube.com/watch?v=hp2ugWqCe20>

Próximas transmissões ao vivo

Na próxima quarta-feira (9), último dia da "2° Semana da Integridade", as transmissões abertas ao público retomarão. A primeira palestra do dia, às 10 horas, falará sobre "Conflito de Interesse e Recebimento de Brindes", ministrada pela Comissão de Ética da SPA.

Às 14 horas, a programação segue com a palestra de Márcio Sobral, da Controladoria-Geral da União (CGU), sobre "Integridade na Administração Pública". A última apresentação do dia, finalizando o evento, será realizada pela Gerência de Corregedoria da SPA, às 14h40, sobre "Processo Administrativo de Responsabilização (PAR)".

A programação de quarta-feira (9) pode ser assistida, durante os horários de transmissão ao vivo, clicando aqui.

<https://www.youtube.com/watch?v=7Lv1qOIQzN8>

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 04/12/2020

GOVERNO DECIDE LEILOAR TERMINAL NO PAQUETÁ

Mais um terminal do Porto de Santos, o STS11, foi qualificado pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), do Ministério da Economia Fernanda Balbino

Da Redação



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.83644:1578936698/Porto-de-Santos.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=77b77cf&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.83644:1578936698/Porto-de-Santos.JPG?f=2x1&pf=77b77cf&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

O terminal STS11, no Paquetá, será leiloado pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) (Sílvia Luiz)

Mais um terminal do Porto de Santos foi qualificado pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), do Ministério da

Economia. O STS11, que fica na região do Paquetá, deve ser leiloado no primeiro trimestre de 2022. No local, será instalado um terminal especializado na movimentação de grãos sólidos, com previsão de investimentos privados de R\$ 484,3 milhões.

Os planos de arrendamento do terminal foram apresentados na 14ª Reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), realizada na última quarta-feira, com a presença do presidente Jair Bolsonaro e coordenação do ministro da Economia, Paulo Guedes. No total, 58 novos ativos foram qualificados e terão prioridade para atração de investimentos privados.

A informação sobre a preparação de um novo leilão no cais santista foi relevada antes da reunião pela secretária especial do PPI, Martha Seillier. Ela participou, na última segunda-feira, do Porto & Mar 2020 – Seminário A Tribuna para o desenvolvimento do Porto de Santos, realizado pelo Grupo Tribuna na cidade.

O STS11 tem 114.700 metros quadrados de área e capacidade de armazenagem estática de 397 mil toneladas de grãos. Os estudos necessários para o arrendamento estão sob a responsabilidade de Empresa de Planejamento Logístico (EPL).

De acordo com informações divulgadas pelo PPI, o terminal será leiloado com o critério de maior valor de outorga, assim como nos processos licitatórios recentes. E o novo arrendatário terá 25 anos para explorar a instalação, com possibilidade de renovação a critério do poder concedente.

De acordo com os planos do Governo Federal, a publicação do edital deve acontecer no terceiro trimestre do próximo ano. O leilão está previsto para o início do ano seguinte.

O novo arrendatário arcará com o valor mensal de R\$ 2,4 milhões pelo arrendamento. E haverá a taxa de R\$ 5,00 por tonelada de carga movimentada.

OUTROS PROJETOS

Na reunião do PPI, também foi destacado o projeto de desestatização da Companhia Docas da Bahia (Codeba), responsável pela administração dos portos de Salvador, Aratu e Ilhéus.

O edital para o leilão da Codeba deve ser publicado no terceiro trimestre de 2022, com a sessão ficando para o quarto trimestre.

Sobre a desestatização dos portos de Santos e São Sebastião, no Litoral Norte, foram destacados como próximos passos no processo as entrevistas com stakeholders dos portos e a conclusão e entrega dos estudos de diagnósticos.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 04/12/2020

JUSTIÇA RECONHECE LEGALIDADE DA COBRANÇA DO SSE PELA DP WORLD SANTOS

O processo foi motivado após uma denúncia do Grupo Marimex ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.53064:1558738341/armazem-dp-world.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=26d4513&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.53064:1558738341/armazem-dp-world.jpg?f=2x1&pf=26d4513&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Ainda cabem recursos. E outras decisões contrárias e a favor do SSE podem ser proferidas (DP World Santos/Divulgação)

Santos, que fica na Margem Esquerda, na Área Continental da Cidade. O juiz João Carlos Meyer Soares também destacou a competência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para avaliar a questão.

A 17ª Vara Federal de Brasília reconheceu a legitimidade da cobrança do Serviço de Segregação e Entrega (SSE) pela DP World

O SSE é cobrado pelos terminais portuários apenas quando é necessário fazer a separação da carga em contêineres para conduzi-la a diferentes recintos alfandegados independentes, atendendo a um prazo de urgência (até 48 horas) determinado pela Receita Federal.

O processo foi motivado após uma denúncia do Grupo Marimex ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Inicialmente, o órgão proferiu uma medida preventiva em favor da empresa, impedindo a cobrança do SSE pela DPW.

Como consequência, o terminal privado entrou na Justiça e conseguiu anular a decisão. Porém, o Cade deu continuidade às investigações e proferiu uma nova sentença ratificando a primeira, que era impedir a cobrança da taxa.

De acordo com o advogado Marcelo Sammarco, que atuou pela DPW, o terminal recorreu novamente à Justiça. E, com isso, garantiu a liberação da SSE, de acordo com o entendimento da agência reguladora do setor.

“Primeiro, ficou claro que o Cade violou uma decisão judicial anterior. Além disso, a competência para deliberar sobre a questão é da Antaq, que já regulamentou o SSE. Não cabe ao Cade o conceito de que a cobrança seja ilegal”, afirmou o advogado.

Ainda cabem recursos. E outras decisões contrárias e a favor do SSE podem ser proferidas.

“Ao nosso ver, essa decisão da 17ª Vara restabelece a segurança jurídica do setor. Também assegura aquilo que a Antaq declarou como possibilidade de um serviço portuário possa valer”, destacou Sammarco.

Envolvidos

Procurada, a DPW destacou, em nota, que o SSE exige do operador portuário mão de obra especializada, tecnologia e equipamentos que demandam um custo específico. “Por esses motivos, há consenso entre técnicos e especialistas de que não existem razões jurídicas ou econômicas que justifiquem a gratuidade na prestação desse serviço ou que ele seja considerado parte do box rate”.

O terminal também destaca que “foram suspensas eventuais multas e demais sanções administrativas até que ocorra o julgamento do mérito da ação - sem data definida até o presente momento. A decisão consolida que, juridicamente, não há nenhum descumprimento de determinação do Cade por parte da DP World Santos”.

Segundo o terminal, o SSE é autorizado pela Antaq e “faz parte de um conjunto de receitas que é determinante para viabilizar os investimentos contínuos de terminais portuários no Brasil, especialmente no atual momento de retomada econômica”.

O Grupo Marimex foi procurado mas preferiu não se posicionar porque ainda não foi notificado oficialmente sobre a decisão do juiz da 17ª Vara Federal de Brasília.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 04/12/2020

TERMINAL DO PORTO DE SANTOS ANUNCIA NOVO DIRETOR FINANCEIRO

Steen Larsen assumiu o cargo na Brasil Terminal Portuário (BTP) em novembro

Da Redação



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.130965:1607024650/Steen-Larsen.png?f=2x1&\\$p\\$f=4fa07e3&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.130965:1607024650/Steen-Larsen.png?f=2x1&pf=4fa07e3&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Steen Larsen assumiu o cargo na Brasil Terminal Portuário (BTP) em novembro (Foto: Divulgação)

Uma das principais instalações de contêineres do Porto de Santos, a Brasil Terminal Portuário (BTP) conta com um novo diretor financeiro. Trata-se do dinamarquês Steen Larsen, que, até então, era o diretor financeiro e de negócios da APM Terminals Moin (Costa Rica). Ele passou a atuar na nova função em novembro.

A posição de Chief Financial Officer (CFO), como chamada internacionalmente, era ocupada por Thomas Bulow Nielsen desde 2013.

Larsen, cidadão dinamarquês, atua há mais de 20 anos no mercado, com experiência em finanças e operações portuárias. Ele é mestre em Ciências em Administração, Organização e Pesquisa Operativa pela Universidade do Sul da Dinamarca (Syddansk Universitet). E iniciou sua carreira profissional no Grupo Maersk em 2000, atuando como gerente financeiro. Ao longo de sua carreira, trabalhou em diversos outros países, como Panamá, Colômbia, Bahrein, África do Sul e EUA (Los Angeles).

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 04/12/2020



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ LEILOARÁ TRÊS ÁREAS NOS PORTOS DE MACEIÓ E ARATU NO PRÓXIMO DIA 18

Os leilões serão realizados em 18 de dezembro próximo, na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, em São Paulo. Investimentos somam R\$ 377,6 milhões

Categoria - Infraestrutura, Trânsito e Transportes

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ realizará em 18 de dezembro próximo, a partir das 15h, os leilões das áreas denominadas MAC10, localizada no Porto Organizado de Maceió (AL), e ATU12 e ATU18, localizadas no Porto Organizado de Aratu, na Bahia. Os leilões ocorrerão na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, em São Paulo.

Com 7.932 m², a área MAC10 é destinada à movimentação, armazenagem e distribuição de granéis líquidos, especialmente ácido sulfúrico. O prazo de arrendamento é de 25 anos. A receita bruta global do contrato soma R\$ 100,3 milhões. O investimento total por parte dos futuros

arrendatários é de R\$ 12,7 milhões. A movimentação total gira em torno de 1,150 milhão de toneladas durante o prazo contratual.

A área ATU12 é destinada à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais. Com 154.916 m² de área, o valor global estimado do contrato de arrendamento é de R\$ 3,291 bilhões. O prazo do contrato do arrendamento é de 25 anos, ao longo dos quais os futuros arrendatários deverão investir R\$ 244,956 milhões. A movimentação prevista ao longo do contrato é de 66,159 milhões de toneladas.

Já a área ATU18 é destinada à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais. O prazo de arrendamento é de 15 anos e a área do terminal de 51.562 m². O valor global estimado do contrato de arrendamento é de R\$ 824,5 milhões, devendo os futuros arrendatários investirem R\$ 119,945 milhões no terminal durante o período do contrato. A movimentação total esperada é de 20,469 milhões de toneladas.

Comunicado sobre os leilões

Em função da pandemia, a ANTAQ publicou comunicado relevante para o acesso físico aos leilões das três áreas. Entre as medidas adotadas estão a extensão do horário de recebimento de envelopes, que ocorrerá das 10h às 14h, no dia 15 de dezembro, na B3 (Rua XV de Novembro, nº 275, Centro – São Paulo/SP). Para a entrega dos documentos, será autorizado o acesso de apenas um proponente por vez, devendo este deixar o ambiente de aporte após a entrega dos documentos e assinatura do Termo de Recebimento de Envelopes.

No dia do leilão, será assegurado o acesso ao local a, no máximo, três pessoas por proponente, seja esta individual ou consórcio, quantidade esta que representa a totalidade dos presentes em nome da proponente e de sua participante credenciada, sendo obrigatória a presença de ambos para que seja possível a prática de todos os atos previstos em edital pela proponente. Somente será autorizada a entrada de público geral, imprensa e demais interessados após a entrada das pessoas já mencionadas, respeitadas as limitações de espaço.

Dúvidas adicionais poderão ser esclarecidas junto à Comissão Permanente de Licitação via cpla@antaq.gov.br e à B3 via leiloes@B3.com.br, bem como por telefone em (11) 2565-6500.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 04/12/2020

FRANCISVAL MENDES DISCUTE ALTERNATIVAS PARA OPERAÇÃO DO PORTO DE CÁCERES/MT

Diretor da ANTAQ recebe senador Fávoro para discutir soluções que assegurem melhorias logísticas na região

Categoria - Infraestrutura, Trânsito e Transportes

Na última quarta-feira (2), o diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, Francisval Mendes, recebeu em seu gabinete, em Brasília, o senador Carlos Fávoro (PSD-MT); representantes da Associação Pró-Hidrovia do Rio Paraguai (APH) e Alessandro Marques, coordenador-geral da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA/Minfra) para tratar de questões afetas ao Porto Fluvial de Cáceres.

A reunião ocorreu em virtude da preocupação do senador Fávoro com as operações no Porto de Cáceres. Desde 1998, o porto encontra-se sob regime de delegação da União, por intermédio do então Ministério dos Transportes, ao Estado do Mato Grosso. A vigência do referido Convênio de Delegação nº 02/98, expira em 2023.

Cientes do encerramento do convênio em 2023, os produtores rurais da região estão apreensivos com a possibilidade do fechamento da operação do porto. Em busca de uma solução satisfatória,

o senador Fávoro vem mantendo reuniões com agentes públicos nos âmbitos federal e estadual a fim de garantir meios de assegurar a plena operação do porto e, por consequência, o escoamento da safra da região que, ano após ano, é recordista em produção de grãos.

No que compete à ANTAQ, Francisval Mendes, apresentou os estudos técnicos que a Agência vem desenvolvendo para manter e aprimorar a operacionalização do porto. De acordo com o dirigente, as possibilidades jurídicas levam a vários caminhos para garantir a funcionalidade do porto.

Paralelamente às tratativas junto à ANTAQ, Mendes buscar mediar os diálogos junto ao Minfra, atualmente responsável pelo convênio de delegação com o Estado do Mato Grosso.

Para Mendes, o trabalho e esforço conjunto das partes envolvidas criarão a solução vindoura e equilibrada em que, sem dúvida, todos sairão ganhando. “Estou convencido de que o trabalho minucioso da ANTAQ em busca de uma solução jurídica adequada trará o resultado que todos nós esperamos. Com isso, Cáceres terá um papel importante na economia do país, contribuindo satisfatoriamente com o crescimento econômico, assim como na geração de emprego e renda local”, pontuou o dirigente.

Histórico

O porto, administrado pela Empresa de Portos do Brasil S/A (Portobras), por meio da Administração da Hidrovia do Paraguai (AHIPAR), começou a ser construído em 1973, com o objetivo de escoar os grãos produzidos na região, principalmente a safra de arroz do Estado do Mato Grosso. Em operação desde 1975, o porto passou a embarcar milho e madeira; depois desembarcando cimento e derivados de petróleo até 1986.

Com a extinção da Portobras, na década de 90, o porto de Cáceres passou a ser administrado pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP), por meio da Administração Hidroviária do Paraguai – AHIPAR, mediante convênio de descentralização.

Essa situação perdurou até 1998 quando foi firmado o Convênio de Delegação nº 02/98 com o Estado de Mato Grosso para administrar o Porto Fluvial de Cáceres, por 25 anos, por intermédio da Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 04/12/2020



Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

DOCAS DO RIO LEILOA BENS PATRIMONIAIS E ARRECADA R\$ 1,2 MILHÃO

ASSCOM CDRJ - Categoria: Notícias Corporativas

A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) realizou, em novembro, um leilão público de bens móveis inservíveis, que aconteceu, simultaneamente, de forma presencial e on-line. Na ocasião, foram arrematados todos os 21 lotes postos à venda, gerando uma receita de R\$1.238.900,00 para a companhia. Entre os itens arrematados, havia empilhadeiras, guindastes, pontes rolantes e sucatas ferrosas provenientes da demolição de armazéns no Porto do Rio de Janeiro.

O leilão, coordenado pela Gerência de Gestão de Ativos Imobiliários e Patrimônio (GERAIP) e pela Supervisão de Patrimônio (SUPATR) da CDRJ, foi conduzido por um leiloeiro oficial contratado por processo licitatório. Segundo o supervisor da SUPATR, Junior Quintiliano, “o leilão superou todas as expectativas, ultrapassando os lances iniciais em 17,63%, sendo um resultado muito expressivo para o momento atual”.

O gerente da GERAIP, Thiago Barbieri, informou que “a CDRJ pretende realizar novos leilões no próximo exercício, buscando eliminar os materiais e equipamentos em desuso ainda existentes.” Para isso, a equipe da SUPATR, em conjunto com as áreas operacionais dos portos, está providenciando o levantamento desses bens sucateados e as formalidades necessárias.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 04/12/2020



O SOPESP - SINDICATO DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GALERIA DE IMAGENS DA VISITA TÉCNICA AO PORTO DE SANTOS PROMOVIDA PELO BRASIL EXPORT EM PARCERIA COM O IBL

O Brasil Export e o Instituto Brasil Logística (IBL) promoveram nesta quinta-feira, 3 de dezembro, visita técnica ao Porto de Santos com participação de lideranças parlamentares e empresariais do setor de logística e infraestrutura portuária. A comitiva foi liderada pelo senador Wellington Fagundes (PL-MT), presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi).

Pela manhã, os diretores da Santos Port Authority receberam a comitiva e realizaram uma apresentação incluindo os balanços da movimentação portuária nos últimos meses, detalhes sobre o novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) e as prioridades para o futuro. No período de janeiro a novembro deste ano (134.804 milhões de toneladas) o Porto de Santos já superou a movimentação total de todo o ano de 2019 (134.010 milhões).

Na sequência a comitiva participou de um passeio pelo canal de navegação do porto santista a bordo de um catamarã. O trajeto teve início na Ponte dos Práticos e permitiu a visualização dos principais terminais de grãos, contêineres e demais empreendimentos instalados nas duas margens do Porto de Santos.

O final das atividades se deu com uma detalhada apresentação do prático Carlos Alberto de Souza Filho, presidente da Praticagem do Estado de São Paulo. Ele demonstrou os investimentos milionários realizados pela entidade nos últimos anos e como a aplicação do calado dinâmico otimiza o uso do canal de navegação do porto santista. “O resultado é maior segurança, produtividade e eficiência nas manobras”.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 04/12/2020

TCU DÁ AVAL PARA CONCESSÃO DE MAIS QUATRO TERMINAIS DE COMBUSTÍVEIS NO PORTO DE ITAQUI (MA)

O Tribunal de Contas da União (TCU) deu aval para a concessão de mais quatro terminais do Porto Organizado de Itaqui, no Maranhão. Os terminais IQI03, IQI11, IQI12 e IQI13 são responsáveis pela movimentação e armazenagem de grãos líquidos, especialmente combustíveis, além de outras instalações complementares. A previsão é de que sejam investidos R\$ 480 milhões nos quatro terminais, e que o edital seja publicado em janeiro.

O terminal IQI3 é um arrendamento de terminal portuário, com uma área de 25.726 m². Parte do projeto é brownfield, ocupada por ativos (tanques e equipamentos). A outra parcela da área é greenfield, com 5.351,33 m², e está prevista no Plano de Expansão do Porto do Itaqui/MA. O arrendamento trará um aumento da capacidade estática do terminal de 7.633m³, alcançando capacidade de tancagem de 28.039m³, em 2023.

O terminal IQ11 possui uma área brownfield com 33.607m². Atualmente, o terminal é explorado provisoriamente pela Petróleo Sabbá S.A.. Os investimentos previstos aumentarão a capacidade estática do terminal em 30.000 m³, alcançando tancagem total de 63.000m³.

O IQ12 possui área greenfield, de 34.183m². A futura arrendatária deste terminal deverá arcar com a implantação de toda a infraestrutura do terminal para a operação de graneis líquidos, incluindo edificações, tancagem, tubulações, bem como com os equipamentos a serem utilizados na operação. O mesmo está previsto para o IQ13, que tem área de 32.078 m², greenfield.

PORTO DE ITAQUI – O Porto de Itaqui tem vocação para movimentação de graneis sólidos e líquidos. Historicamente, as duas cadeias que concentram grande parte do volume são a produção de grãos – exportação de soja e milho – e a movimentação de produtos petrolíferos – importação de diesel e gasolina. A previsão é chegar à movimentação de 17,9 milhões de toneladas em 2060, seguindo uma taxa média de crescimento de 1,7% ao ano.

Os fluxos que devem apresentar a maior taxa de crescimento são os de importação de derivados de petróleo, com taxa média de 1,9% ao ano, com crescimento maior no curto prazo, de 12,1% ao ano entre 2016 e 2020.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 04/12/2020

TJ-SP RECONHECE NÃO INCIDÊNCIA DE ICMS EM TRANSPORTE MULTIMODAL INTERNACIONAL



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2020/12/porto-santos8.jpeg>

TJ-SP reconhece não incidência de ICMS em transporte multimodal internacional – Foto: CODESP

O Tribunal de Justiça de São Paulo reconheceu, em duas oportunidades, a não incidência do ICMS na prestação de serviços de transporte multimodal internacional de mercadorias, executados por armadores brasileiros em território nacional. As decisões se deram em ações movidas por um dos maiores players mundiais do segmento.

Em um dos casos, a 11^a Câmara de Direito Público anulou um auto de infração e imposição de multa por não recolhimento de ICMS, determinou a devolução dos valores pagos indevidamente desde 2014 e reconheceu que a empresa não deve pagar o imposto. A decisão foi unânime, nos termos do voto do relator, desembargador Jarbas Gomes.

“Não se está diante de transporte interestadual de mercadorias, que importaria na incidência de ICMS”, afirmou. O magistrado ressaltou que, nos termos da Lei 9.432/1997, a navegação entre portos ou pontos do território brasileiro deve ser feita por empresas nacionais, de modo que as mercadorias chegam ao país por navios estrangeiros e são transferidas para veículos locais para chegar ao destino final.

A autora é responsável pela parte final do transporte internacional, transferindo as mercadorias dos navios estrangeiros para os seus e efetuando as viagens do porto de Santos para os demais portos do Brasil. Assim, afirmou Gomes, existe uma única prestação de serviço, feita em diversas etapas: “Não se pode aceitar como considerado pela ré no AIIM que esta parte final seja autônoma e sobre ela fazer incidir ICMS”.

Mandado de segurança preventivo

Em julgamento pela 8^a Câmara de Direito Público, sob relatoria do desembargador Leonel Costa, foi concedido mandado de segurança para que a Fazenda Estadual se abstenha de cobrar ICMS

sobre os serviços de cabotagem da empresa, no contexto do transporte internacional de carga. Segundo Costa, trata-se de um caso de impossibilidade jurídica e impossibilidade material de incidência tributária.

“O serviço de transporte de navegação de cabotagem prestado, por determinação legal (impossibilidade jurídica), pela impetrante às empresas de navegação de transporte internacional de carga, no trecho final de transbordo/baldeação até o porto de desembarque no país, não se amolda no previsto no artigo 155, inciso II, da CF/88, que não utilizou esse fato como apto a deflagrar a relação jurídico-tributária e ensejar o surgimento da obrigação principal, transformando-o em fato imponible (fato gerador), exsurgindo, portanto, a não incidência tributária do ICMS, no caso (impossibilidade material)”, disse.

Segundo o advogado Álvaro Lucasechi, sócio da área de Direito Tributário do KLA Advogados, que atuou nos processos ao lado dos advogados Felipe Jim Omori e Ariel Cunha, muitos prestadores de serviços de transporte passam por questionamentos desse tipo, sendo escassas as decisões que endereçam o assunto.

“Por isso a relevância das decisões obtidas nos processos comentados, que reconhecem a não incidência do ICMS nas prestações internacionais de transporte de cargas, mesmo executadas com pontos de origem e de destino nacionais”, afirmou o advogado.

1060778-27.2018.8.26.0053

1058350-72.2018.8.26.0053

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 04/12/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

CONCESSÃO DA CEDAE É A MAIOR DO PAÍS E ‘HISTÓRICA’, DIZ GOVERNADOR DO RIO

O governador em exercício do Rio, Cláudio Castro (PSC), classificou o acordo de concessão da Cedae como “a maior do País” e “histórica”. Para ele, o acordo firmado nesta sexta-feira, 4, foi positivo para o Estado.

“Foram tratativas duras, como era de se esperar num acordo desses. Mas chegamos a um entendimento”, declarou o governador em exercício. “O valor da outorga foi mantido. Não havia necessidade nenhuma de diminuí-lo.”

O edital de concessão deve ser publicado no próximo dia 18.

Estruturada pelo BNDES desde 2016, a concessão finalmente foi levada adiante no governo de Wilson Witzel (PSC), que hoje enfrenta processo de impeachment.

O projeto já chegou a ter o leilão de licitação previsto para o fim deste ano, mas os trabalhos atrasaram após o governador em exercício, Cláudio Castro (PSC), fazer questionamentos, principalmente em torno da definição do preço da tarifa da água tratada que será fornecida pela Cedae.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 04/12/2020

BNDES E RJ CHEGAM A ACORDO SOBRE TARIFA DA CEDAE PARA VIABILIZAR CONCESSÃO

O governo do Estado do Rio e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) chegaram a um acordo em torno da tarifa que a Cedae, companhia estadual de

saneamento, receberá pela produção de água tratada, destravando a concessão dos serviços de água e esgoto em 47 municípios fluminenses. O governo estadual e o banco de fomento, contratado para estruturar o projeto, reafirmaram nesta sexta o dia 18 de dezembro como meta para publicar o edital de concessão, para fazer o leilão no fim do primeiro trimestre de 2021.

“No momento certo, chegamos num ponto em que temos a equação do preço da água (tratada, a ser recebida pela Cedae) aceita pelo Estado do Rio”, afirmou o secretário de Estado da Casa Civil, Nicola Miccione, em transmissão ao vivo no último dia da “Semana BNDES com S de Social e de Saneamento”, que promoveu eventos online desde a última segunda-feira.

Estruturada pelo BNDES desde 2016, a concessão finalmente foi levada adiante no governo de Wilson Witzel (PSC), que hoje enfrenta processo de impeachment. O projeto já chegou a ter o leilão de licitação previsto para o fim deste ano, mas os trabalhos atrasaram após o governador em exercício, Cláudio Castro (PSC), fazer questionamentos, principalmente em torno da definição do preço da tarifa da água tratada que será fornecida pela Cedae.

No desenho proposto pelo BNDES, a estatal fluminense não será privatizada. Seguirá atuando na captação e no tratamento da água, que será então vendida para os até quatro operadores privados que prestarão os serviços de distribuição de água, além da coleta e do tratamento do esgoto. O valor pelo qual a água tratada será vendida é essencial para a saúde financeira da Cedae, no novo modelo proposto com a concessão.

Na última apresentação pública sobre o projeto de concessão, em 11 de novembro, o BNDES informou que a tarifa para a água tratada seria R\$ 1,46 por metro cúbico. Há pouco, em apresentação na transmissão ao vivo, Guilherme Mendonça, gerente no Departamento de Estruturação de Parcerias de Investimentos BNDES, informou que a tarifa foi elevada para R\$ 1,70 nos quatro primeiros anos de concessão, passando a R\$ 1,63 por metro cúbico a partir do quinto ano de contrato.

Apesar da elevação nessa tarifa, a outorga mínima fixa que deverá ser paga – na soma dos quatro blocos a serem concedidos – pelo vencedor do leilão foi mantida em R\$ 10,6 bilhões. Na apresentação do último dia 11, Cleverson Aroeira, superintendente responsável pelas concessões no BNDES, disse que o preço da água tratada a ser pego para a Cedae poderia ser elevado pelo governo do Estado, mas a variável impactaria na equação financeira, por exemplo, reduzindo o valor mínimo de outorga.

Uma fonte que acompanha o processo disse, sob condição do anonimato, que, mesmo com a elevação da tarifa pela água tratada, é possível fechar a equação financeira nesses termos, pois a rentabilidade permaneceria “bem atraente”. A outorga mínima será a variável de definição do leilão de concessão. Portanto, uma tarifa maior pela água tratada poderá resultar em ágio menor em relação aos R\$ 10,6 bilhões mínimos.

Ainda antes de resolver o impasse com o governo fluminense, o BNDES já havia sinalizado que trabalhava para lançar o edital em 18 de dezembro, em outro evento on-line no mês passado. Miccione disse que o governo fluminense está “trabalhando” para que o edital “possa ser lançado, sim, em 18 de dezembro”, mas ponderou que “qualquer ajuste mínimo” nos prazos “não significa frustração”.

Segundo Mendonça, o cronograma passa pela conclusão de pareceres da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), esperada para os “próximos dias”, pela aprovação por parte da administração da Cedae e pela aprovação por parte dos 47 municípios que sinalizaram positivamente pela adesão à concessão.

A aprovação pelos municípios se dá em dois movimentos. Cidades do interior têm até 17 de dezembro para assinar convênios de adesão. Já os 22 municípios integrantes da região metropolitana firmarão a adesão em conjunto. Uma reunião do Conselho Deliberativo da Câmara Metropolitana para tratar do tema está marcada também para 17 de dezembro, informou o gerente do BNDES.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 04/12/2020

CVM FAZ COMUNICAÇÃO RECORDE DE INDÍCIOS DE CRIMES AO MINISTÉRIO PÚBLICO

A crescente presença de investidores de primeira viagem na Bolsa de Valores, aliada à forte influência das redes sociais no mercado de capitais, tem se refletido em mais práticas potencialmente criminosas. De janeiro a setembro deste ano, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) enviou 260 comunicados de indícios de crimes financeiros ao Ministério Público, um recorde ao menos nos últimos cinco anos.

Somente de julho a setembro foram 40 ofícios para os Ministérios Públicos estaduais e 34 para o Ministério Público Federal.

Entre os crimes mais frequentes se destacam as pirâmides financeiras, presentes em 139 dos 260 comunicados. No terceiro trimestre, além das pirâmides, chamaram atenção os casos de intermediação de valores mobiliários sem autorização e de ofertas de valores mobiliários sem registro.

A CVM tem o dever de comunicar ao Ministério Público qualquer indício de “ilícito penal de ação pública” detectado nos processos em que apura irregularidades no mercado ou em suas atividades de fiscalização e supervisão.

O número de comunicados feitos de janeiro a setembro já supera os 184 ofícios de todo o ano de 2019. Em 2018 foram 130; em 2017, 121; em 2016, 93; e em 2015, 76.

A CVM tem demonstrado preocupação com a atuação de influenciadores digitais e com o chamado mercado marginal. Destinatária de reclamações de investidores, recentemente divulgou um ofício para explicar ao público o que caracteriza a atividade irregular de análise de valores mobiliários.

Segundo a autarquia, não é possível punir alguém por opinar sobre ações, a menos que se caracterize atuação em caráter profissional.

O mesmo vale se houver sinais de manipulação de preços, isto é, a recomendação de compra e venda de um papel para lucrar com sua movimentação.

A fiscalização do chamado mercado marginal foi definida como uma das 13 prioridades da CVM para o período 2021-2022.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro
Data : 04/12/2020

CSN VENDERÁ FATIA DE SUBSIDIÁRIA PARA REDUZIR DÍVIDA

A abertura de capital da CSN Mineração é esperada para girar mais de R\$ 8 bilhões, sendo que R\$ 7 bilhões desse valor irá ao caixa da CSN, pela venda de uma fatia minoritária na unidade, dinheiro prometido para ajudar a reduzir o endividamento da siderúrgica. Ao final de setembro a dívida líquida superava os R\$ 30 bilhões. A empresa terá como presidente Enéas Diniz, que comandava a área dentro da CSN, apurou o Estadão. A operação, que ocorreria neste mês, escorregou para o fim de janeiro de 2021, segundo fonte.

A subsidiária da CSN congrega as minas Namisa e a famosa mina de Casa de Pedra, produtora de um dos minérios de maior qualidade do quadrilátero ferrífero. Há um ano, ao comentar sobre o resultado da CSN, Steinbruch revelou: “Não concordo, mas comprei essa ideia do mercado de desalavancar”. O empresário lembrou que fez seu histórico como empresário de forma alavancada. Foi assim que levou a CSN anos atrás em seu leilão de privatização, em 1993. “Comecei devendo tudo”.

Steinbruch também foi o nome por trás do consórcio que arrematou a Vale, em 1997. Depois do IPO de mineração, a CSN tem nos planos abrir o capital de sua unidade de cimentos, disseram fontes.

A companhia de Steinbruch possui quase 90% da CSN Mineração. Um consórcio asiático detém o restante.

A visão do mercado tem sido positiva para os negócios da companhia, algo também relacionado à expectativa de crescimento da empresa. A agência de classificação de riscos Fitch, por exemplo, elevou recentemente o rating da empresa de B para B+, além de revisar a perspectiva, de estável para positiva. Disse, contudo, que a perspectiva é reflexo da expectativa de que a companhia continuará a desalavancar sua estrutura de capital ao longo dos próximos 12 a 18 meses. Já analistas do Credit Suisse, após participarem de viagem organizada pela companhia para conhecer Casa de Pedra, disseram que a CSN sinalizou entender que a redução das dívidas vem antes dos projetos de crescimento programados, e que a venda de ativos para ajudar a diminuir a alavancagem será o foco em 2021, segundo relatório enviado ao mercado. A visita fez parte do esforço para o IPO do ativo.

Fizeram a visita 15 fundos de São Paulo, cinco do Rio de Janeiro e alguns analistas de mercado.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 04/12/2020

INFRAESTRUTURA APROVA PROJETO DO TEQUIMAR PARA EMISSÃO DE DEBÊNTURES INCENTIVADAS

O Ministério da Infraestrutura aprovou como prioritário, para fins de emissão de debêntures incentivadas, projeto de investimento em infraestrutura portuária proposto pela empresa Terminal Químico de Aratu (Tequimar).

De acordo com portaria publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira, 4, trata-se da terceira fase do projeto de ampliação da capacidade de armazenamento e expedição de granéis líquidos, no Porto de Itaqui (MA), que contempla obras como construção de um novo dique, com sete novos tanques de armazenagem.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 04/12/2020



ABTRA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TERMINAIS E RECINTOS ALFANDEGADOS

MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA CRESCE 2,1% NO TERCEIRO TRIMESTRE

Por : Informativo dos Portos

O setor portuário brasileiro (portos + terminais privados) movimentou no terceiro trimestre 310,1 milhões de toneladas, o que representou um crescimento de 2,1% em comparação com igual período do ano passado. Os números estão no Estatístico Aquaviário da Antaq. Os terminais privados movimentaram 205 milhões de toneladas, um crescimento de 1,43%. Os portos públicos, 105 milhões de toneladas – incremento de 3,45%.

O Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (MA) foi a instalação privada que mais movimentou no terceiro trimestre: 56,5 milhões de toneladas, um decréscimo de 0,4% em comparação com o mesmo período de 2019. Em relação aos portos públicos, Santos (SP) apareceu em primeiro, com 30,6 milhões de toneladas, um incremento de 4,78%.

Minério de Ferro foi a carga mais movimentada no terceiro trimestre: 103,6 milhões de toneladas – um aumento de 0,48% em relação ao terceiro trimestre de 2019. Depois vieram combustíveis, contêineres e milho.

Em relação ao perfil de carga, foram movimentados 196,4 milhões de toneladas de granel sólido no terceiro trimestre – aumento de 1,95%. Granéis líquido e gasoso apareceram com 69,4 milhões de toneladas – um crescimento de 2,92%. A movimentação de carga containerizada caiu 2,38%, com cerca de 30 milhões de toneladas. A movimentação de carga geral subiu 10,85% (14,2 milhões de toneladas).

No acumulado do ano, de janeiro a setembro, o setor portuário movimentou 849,5 milhões de toneladas. O número representou um crescimento de 3,74% em relação ao mesmo período do ano passado. Nesses nove meses, um dos destaques foi o Porto de Santos, que movimentou 86,2 milhões de toneladas, um crescimento de 8,06%. O Porto de Paranaguá (PR) também registrou crescimento (9,86%), com 39,9 milhões de toneladas movimentadas.

Fonte : ABTRA - Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados

Data : 04/12/2020

PORTO DE ITAQUI: TCU DÁ AVAL PARA CONCESSÃO DE MAIS QUATRO TERMINAIS DE COMBUSTÍVEIS

Por : Informativo dos Portos

O Tribunal de Contas da União (TCU) deu aval para a concessão de mais quatro terminais do Porto de Itaqui, no Maranhão. Os terminais IQI03, IQI11, IQI12 e IQI13 são responsáveis pela movimentação e armazenagem de granéis líquidos, especialmente combustíveis, além de outras instalações complementares. A previsão é de que sejam investidos R\$ 480 milhões nos quatro terminais, e que o edital seja publicado em janeiro.

O terminal IQI3 é um arrendamento de terminal portuário, com uma área de 25.726 m². Parte do projeto é brownfield, ocupada por ativos (tanques e equipamentos). A outra parcela da área é greenfield, com 5.351,33 m², e está prevista no Plano de Expansão do Porto do Itaqui/MA. O arrendamento trará um aumento da capacidade estática do terminal de 7.633m³, alcançando capacidade de tancagem de 28.039m³, em 2023.

O terminal IQI11 possui uma área brownfield com 33.607m². Atualmente, o terminal é explorado provisoriamente pela Petróleo Sabbá S.A.. Os investimentos previstos aumentarão a capacidade estática do terminal em 30.000 m³, alcançando tancagem total de 63.000m³.

O IQI12 possui área greenfield, de 34.183m². A futura arrendatária deste terminal deverá arcar com a implantação de toda a infraestrutura do terminal para a operação de granéis líquidos, incluindo edificações, tancagem, tubulações, bem como com os equipamentos a serem utilizados na operação. O mesmo está previsto para o IQI13, que tem área de 32.078 m², greenfield.

PORTO DE ITAQUI

O Porto de Itaqui tem vocação para movimentação de graneis sólidos e líquidos. Historicamente, as duas cadeias que concentram grande parte do volume são a produção de grãos – exportação de soja e milho – e a movimentação de produtos petrolíferos – importação de diesel e gasolina. A previsão é chegar à movimentação de 17,9 milhões de toneladas em 2060, seguindo uma taxa média de crescimento de 1,7% ao ano.

Os fluxos que devem apresentar a maior taxa de crescimento são os de importação de derivados de petróleo, com taxa média de 1,9% ao ano, com crescimento maior no curto prazo, de 12,1% ao ano entre 2016 e 2020.

Fonte : ABTRA - Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados

Data : 04/12/2020



EXTRA ONLINE

KLABIN AVALIA NÃO SER DIFÍCIL APLICAR ALTA DE PREÇOS NA CHINA, VÊ OPORTUNIDADE EM OUTRAS REGIÕES, DIZ Bradesco BBI

Por Paula Arend Laier

SÃO PAULO (Reuters) - A Klabin deve implementar um recente aumento de preços de celulose na China sem dificuldade, sinalizou a fabricante de papel e celulose em evento com analistas e investidores nesta sexta-feira, conforme relato da equipe do Bradesco BBI sobre o 'Klabin Day 2020' em relatório a clientes.

"Para 2021, a dinâmica deve melhorar ainda mais, uma vez que o crescimento da oferta deve ser limitado, enquanto a demanda deve recuperar na margem", detalhou o analista Thiago Lofiego, acrescentando que a companhia vê oportunidades de aumento de preços em outras regiões, como Europa.

Em relação ao segmento de embalagens, tendências estruturais devem sustentar a demanda e a lucratividade, citou o analista. "As perspectivas são positivas, impulsionadas pelo crescimento do comércio eletrônico, que apresenta melhor rentabilidade relativa, e produtos inovadores para substituição de plásticos."

De acordo com o relato de Lofiego, a Klabin espera alta de preços acima da inflação no futuro próximo no segmento, em razão do mercado apertado. "A nova plataforma e-Klabin (combinando B2B, market place e clientes menores) também poderá impulsionar as vendas", acrescentou.

No que diz respeito à linha de kraftliner a Klabin também está bem posicionada, segundo o analista do Bradesco BBI, acrescentando que o tamanho do mercado global de papel cartão é atualmente de 167 milhões de toneladas, das quais cerca de 42 milhões de toneladas são baseadas em fibra virgem.

"Em 2030, a Klabin espera que o mercado totalize 219 milhões de toneladas e cerca de 51 milhões de toneladas de fibra virgem", observou, acrescentando que a percepção da companhia é de que as novas adições de capacidade não devem ser prejudiciais, dadas as perspectivas de crescimento da demanda.

"A Ásia é o motor mais relevante (também impactado pelas proibições de resíduos e plásticos da China), mas as perspectivas são saudáveis para outras regiões, como os EUA e o Brasil, o que é favorável para a dinâmica global de preços."

A companhia também reportou no evento que o projeto Puma II está evoluindo positivamente, com 69% das obras das ilhas de processo concluídas até o momento. Executivos mencionaram que a Klabin conseguiu garantir contratos de volume com clientes, compreendendo 50% da produção da máquina kraftliner de 450 kt.

"A empresa ainda estuda a segunda fase do PUMA II, que será em kraftliner ou papelão e, para manter o cronograma de start-up do segundo trimestre de 2023, uma decisão deve ser tomada no primeiro trimestre de 2021", disse, acrescentando que a empresa vê a integração com a IP acima das expectativas.

Na avaliação de Lofiego, Klabin está claramente bem posicionada para continuar a se beneficiar das tendências estruturais do mercado de embalagens, como o crescimento do comércio eletrônico e a mudança nos padrões de consumo para produtos mais ecológicos.

Ele acrescentou ainda que expressiva flexibilidade operacional da Klabin no segmento de embalagens de papel e a alta exposição aos setores de necessidades básicas devem continuar sustentando os resultados da empresa no próximo ano, enquanto o ciclo da celulose está em um ponto de inflexão.

"Mantemos nossa classificação de 'outperform' na Klabin", afirmou o analista, que tem preço-alvo de 27 reais para as units da empresa.

Por volta das 15:00, os papéis da empresa avançavam 1,4%, a 24,38 reais, enquanto o Ibovespa subia 1%. Em 2020, as units da Klabin acumulam alta de 32,6%, contra declínio de 2% do Ibovespa.

Fonte : Extra Online

Data : 04/12/2020

GOVERNO DO RJ LIBERA SHOPPINGS ABERTOS POR 24 HORAS PARA EVITAR AGLOMERAÇÕES

Por Rodrigo Viga Gaier

(Reuters) - Os shoppings centers do Estado do Rio de Janeiro poderão abrir por 24 horas para tentar evitar aglomerações em tempos de festas de fim de ano, anunciaram nesta sexta-feira o prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) e o governador interino Cláudio Castro (PSC).

O acordo aconteceu após encontros entre eles nos últimos dias.

“As pessoas não precisam ter pressa e se aglomerar para fazer as compras”, disse Crivella.

Segundo Castro, “isso vale 'ad eternum' enquanto for necessário.

“Vale para depois de dezembro também”, disse o governador interino a jornalistas.

A decisão ocorre em meio a um aumento de casos e saturação de leitos de UTI.

Estado e prefeitura anunciaram aperto na fiscalização para evitar aglomerações e concentrações de pessoas e a abertura de quase 400 leitos de UTI para os próximos dias.

As autoridades fizeram ainda um apelo para que a população use máscara e álcool em gel e que o setor produtivo ajude na fiscalização de regras de ouro.

“Faço um apelo à população e à cadeia produtiva: a pandemia não foi embora e é um ano extremamente difícil e com erros do poder público no mundo inteiro”, acrescentou Castro.

As autoridades não querem voltar atrás nas regras de isolamento mesmo com aumento de casos, taxa de mortalidade recorde e UTIs públicas e privadas lotadas.

Mas especialistas pedem novas restrições.

“Tem que se tomar medidas mais rígidas porque o momento é delicado”, disse o infectologista Roberto Medronho, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Fonte : Extra Online

Data : 04/12/2020

LEILÃO DE OFERTAS PERMANENTES TEM 18 ATIVOS ARREMATADOS E FORTE PARTICIPAÇÃO DA ENEVA

Por Gabriel Araujo

SÃO PAULO (Reuters) - O segundo leilão de ofertas permanentes de áreas petrolíferas do Brasil registrou o arremate de 17 blocos exploratórios e uma área com acumulações marginais, informou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) nesta sexta-feira, apontando para investimentos mínimos de 160 milhões de reais.

De acordo com a reguladora, o bônus total arrecadado com os blocos exploratórios --localizados nas bacias de Campos, Paraná, Amazonas, Espírito Santo, Potiguar e Tucano-- somou cerca de 30,94 milhões de reais, com ágio médio de 55,11% e investimentos mínimos previstos de 157 milhões de reais.

Já a área com acumulação marginal (Juruá, da Bacia do Solimões) teve bônus de 25,76 milhões de reais, com ágio de 1.650% e previsão de investimentos de 3,6 milhões de reais.

Com forte participação no certame, a Eneva arrematou as maiores áreas ofertadas, tendo vencido sozinha três blocos exploratórios e a área com acumulação marginal --que totalizaram juntos bônus de 42,04 milhões de reais.

A empresa também arrematou quatro blocos em consórcio com a Enauta, no qual possui participação de 70% e é a operadora.

A Shell Brasil levou um bloco exploratório com bônus de 12,05 milhões de reais.

Um consórcio formado por Imetame e ENP Ecossistemas, com fatia de 50% para cada e a Imetame como operadora, arrematou sete ativos de menor porte, enquanto PetroRecôncavo e Petroborn também levaram um bloco cada.

Esta foi a única rodada de licitações realizada pela ANP neste ano, em função da pandemia de Covid-19, e a sessão presencial contou com número reduzido de pessoas, segundo a reguladora.

"A sessão pública de hoje mostrou-se exitosa em relação à do 1º Ciclo da Oferta Permanente e também em relação ao que a política energética do país considera positivo, como maior competitividade e de empresas atuando no Brasil, além da atração de investimentos", disse em nota o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

O primeiro leilão de ofertas permanentes da ANP ocorreu em setembro do ano passado e terminou com 33 blocos arrematados, de um total de 273 ofertados.

"Superou as expectativas em um ano difícil para o setor, no mundo. Temos muito o que comemorar", afirmou o diretor-geral interino da ANP, Raphael Moura.

Fonte : Extra Online

Data : 04/12/2020



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

LÍDER DO GOVERNO ACREDITA EM CONSENSO PARA VOTAR REFORMA TRIBUTÁRIA ESTE ANO NA CÂMARA

Por Guilherme Serodio - 4 de dezembro de 2020 - Em Congresso

O líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP/PR), afirmou esperar que a votação da reforma tributária ocorra ainda este ano e que o texto construído pelo relator, deputado Aguinando Ribeiro (PP/PB), está próximo do que pensa a equipe econômica.

Para Barros, ainda é possível construir um acordo para votar o texto, caso não haja obstrução.

"Sairá um texto muito bom, que poderemos votar desde que haja um acordo pelo qual matérias dos diversos interesses sejam colocadas em uma pauta conjunta. E aí, sem obstrução da oposição, poderemos avançar", disse o deputado.

A obstrução recorrente às pautas da Câmara nos últimos dois meses, no entanto, foi promovida por integrantes da base governista formada pelo Centrão sob a liderança de Arthur Lira (PP/AL), do mesmo partido de Barros, graças à disputa pela presidência da Comissão Mista do Orçamento (CMO).

Barros participou de evento virtual realizado nesta quinta-feira (3) pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). No mesmo evento, no entanto, os deputados Arnaldo Jardim (Cidadania/SP) e Silvio Costa Filho (Republicanos/PE) consideraram pouco provável a aprovação da reforma ainda este ano.

Barros afirmou que o governo não trabalha com a possibilidade de flexibilizar os limites ao orçamento de 2021 e que vai respeitar o teto de gastos, ainda que o governo venha a ter dificuldades para executar todos os restos a pagar relativos a 2020.

“Não tem fura-teto, não tem prorrogação do Orçamento de Guerra e não tem aumento da carga tributária”, disse.

Barros defende votar BR do Mar nas próximas duas semanas

Barros voltou a defender a votação nas próximas duas semanas na Câmara, antes do recesso, de quatro propostas prioritárias: o projeto de lei do BR do Mar (PL 4199/2020) e do projeto que garante a autonomia do Banco Central (PLP 19/2019), além do texto que permite a ajuda da União a estados (PLP 101/2020) e a proposta o que libera verbas de fundos públicos para enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19 (PLP 137/2020).

O líder do governo na Câmara também vê possibilidade que a PEC Emergencial (PEC 186/2019) seja votada no Senado ainda este ano.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 04/12/2020

OS FREIOS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Por Marcelo Gauto - 4 de dezembro de 2020 - Em Artigos e opinião, Coluna do Gauto, Eólica, Solar, Transição energética

Pode-se imaginar o dia em que as pessoas vão sair e respirar fundo o ar puro da rua, enquanto as turbinas eólicas compõem a imagem do horizonte, antes de irem para casa tomar aquele café preparado a base de energia do teto fotovoltaico.

Se você ouvir a mídia e os mercados, este dia está chegando. Eis a era da energia limpa, a energia suja acabou.

É consensual e pacífico o fato de que estamos em plena transição energética e que ela deverá avançar nos próximos anos.

O desafio, porém, ainda é imenso. Com a rápida valorização das energias renováveis associadas à queda do valor das empresas de combustíveis fósseis, o mercado está avaliando que a transição do “sujo” para o “limpo” já ocorreu, é fato consumado.

No entanto, ainda não chegamos lá. Estamos no começo na travessia da ponte entre o fóssil e o renovável. Em 2019, as fontes não renováveis ainda respondiam por 89% da energia primária consumida no mundo (BP, 2020).

A transição enfrenta balizadores que retardam seu rápido avanço. Substituir metade dos fósseis da matriz energética mundial vai requerer um esforço econômico de dezenas (ou centenas) de trilhões de dólares.

Além disso, haverá pressão sobre a produção de matérias-primas ligadas à nova infraestrutura de energia “limpa”, jogo de poder geopolítico e reticência dos governantes para tomar medidas mais ousadas como programas mais agressivos de créditos de carbono.

Mineração a todo vapor

A corrida para criar painéis solares e turbinas eólicas não levou em consideração ainda os danos ambientais que essas fontes de energia também representam para o mundo.

Embora o sol e o vento sejam obviamente limpos, a infraestrutura de que precisamos para capturá-los não é. Longe disso.

A transição para as fontes alternativas vai exigir um aumento substancial na extração de metais e minerais, com reais custos ecológicos e sociais. Brumadinho e Mariana conhecem bem o lado obscuro da mineração neste sentido.

Uma planta de um megawatt de capacidade de energia solar consome 70 toneladas de vidro, 56 de aço, 47 de concreto, 19 de alumínio, 7 de silício, 7 de cobre e 6 de plástico.

Uma planta de 50 megawatts de energia eólica necessita de 22.836 toneladas de concreto, 5.860 de aço e ferro, 681 de materiais poliméricos, 370 de fibra de vidro, 168 de alumínio e suas ligas, 87 de cobre e suas ligas, entre outros (IRENA, 2019).

A bateria de um Tesla S de 60 kWh tem 24 quilogramas de lítio, 24 de níquel, 24 de manganês e 13,5 de cobalto (números obtidos cruzando a capacidade da bateria com dados do Banco Mundial, 2017).

Estima-se que existem 1,2 bilhões de veículos no mundo. Supondo que um terço destes sejam elétricos nos próximos 20 anos, seriam consumidos no período 9,6 milhões de toneladas de lítio ou então 51 milhões de toneladas carbonato de lítio, um dos principais minérios a partir do qual se extrai o lítio. Outros tantos milhões de toneladas de diferentes minérios seriam necessários para eletrificar essa frota de carros.

A produção de todos estes materiais citados é intensiva em energia, água e vem de extrativismo mineral.

Ou seja, da exploração de recursos finitos e com profundas marcas socioambientais. Há também alguns problemas não endereçados em relação ao final da vida útil das baterias, placas fotovoltaicas e componentes dos geradores eólicos, que são de difícil e baixíssima taxa de reciclagem atualmente.

Segundo dados estatísticos, a maioria dos componentes hoje vai para aterros. Ao ganharem escala, este problema aumenta. Existe muita gente defendendo que no futuro eles serão reciclados em massa. Se considerarmos o que ocorre com os plásticos simples de fácil reciclagem, fica difícil de acreditar nessa hipótese pois os fatos contradizem o otimismo.

As principais reservas de metais importantes para essa transição, como o lítio e o cobalto, estão presentes respectivamente na Bolívia e no Congo (USGS, 2020).

Ambos carecem de avanços consideráveis na área de SMS durante a lavra dos minerais. Uma busca rápida na rede mostra que é comum trabalho em condições de escravidão, acidentes graves, garimpo ilegal, poluição de mananciais de água, entre outros problemas associados à produção mineral, especialmente em países de baixa renda per capita.

A exploração de recursos naturais é uma oportunidade para melhorar a renda da população. Mas estamos preparados para pagar mais caro por estes metais caso sejam garantidas melhores condições de trabalho para quem atua na linha de frente da mineração?

O custo da transição

As usinas solares mais recentes inauguradas na China tiveram custo de US\$ 1 bilhão por cada gigawatt de capacidade instalada. Para que 25% da energia elétrica fóssil seja substituída por solar, seriam necessários 3.530 GW de capacidade instalada, o que demandaria US\$ 3,53 trilhões de dólares em investimentos (quase duas vezes o PIB do Brasil).

Obviamente, os custos de produção deverão seguir caindo, mas o montante de investimento ainda será bastante elevado. A transição econômica depende da substituição gradativa das instalações fósseis que forem chegando ao final da vida útil, porém deve ser colocado nesta conta também o custo de descomissionamentos.

Outro exemplo a respeito do impacto econômico da transição energética seria a China substituir a queima do carvão por gás natural (GN). Segundo o consultor em O&G Ricardo Giamattey, diretor executivo da RHDG Consultoria & Treinamento, em valores constantes de 2019 a China precisaria investir US\$ 2,3 trilhões em termelétricas[1] à GN para substituir 50% de sua geração de energia primária via carvão.

O equilíbrio econômico desse processo de conversão levaria aproximadamente 30 anos, considerando uma economia anual de US\$ 80 bilhões devido ao GN possuir maior poder calorífico que o carvão.

Esse equilíbrio econômico poderia levar mais tempo no caso de o preço do gás na Ásia subir, o que é uma hipótese bastante plausível se considerarmos o GN como combustível da transição energética, uma vez que o aumento da demanda provavelmente tenha algum impacto no preço.

Há muitas outras questões a respeito do custo envolvido na criação da infraestrutura associada à transição, como expansão da rede elétrica, estrutura de recarga de veículos elétricos, substituição das baterias, depreciação dos bens etc.

A própria taxa crescente do carbono fóssil, apesar de necessária para conter as emissões e custear as fontes alternativas, trará desgaste político e impactos visíveis aos preços dos combustíveis fósseis.

Uma taxa fixa de 5 centavos de dólar aplicados sobre cada litro de gasolina e diesel produzidos mundialmente, baseando-se nos volumes de 2019, poderia gerar um custo adicional de 3,48 trilhões de dólares nos próximos 20 anos.

O efeito geopolítico da transição

Um elemento estratégico adicional que poderia dificultar a propensão dos países em migrar para fontes mais limpas, reduzindo a velocidade da transição, é a geopolítica. No caso da China, a conversão das usinas a carvão para GN a deixaria mais suscetível ao mercado externo e importações, reduzindo sua garantia de suprimento de energia uma vez que ela é autossuficiente em carvão e necessitaria importar cada vez mais GN.

Se o Brasil decidir fomentar a eletrificação da frota de carros, ficará mais dependente da importação de tecnologia e componentes associados aos veículos elétricos, que são importados quase que na totalidade.

A opção por híbridos e carros Flex, por sua vez, garantem maior independência energética, pois além de sermos produtores de etanol e gasolina já dispomos de infraestrutura e tecnologia nacional para ambos.

Os EUA influenciaram fortemente a geopolítica do petróleo no último século, disputando espaço com os produtores da OPEP. A migração para as fontes renováveis deslocará o poder geopolítico para novos agentes.

Garantir acesso as reservas minerais já é campo de batalha de muitos países, assim como inflama discursos nacionalistas nos detentores destes recursos assim como viu-se acontecer com o petróleo ao longo da história.

Ninguém sabe ao certo que impactos essas mudanças trarão, mas imagina-se que a busca pela independência energética continuará sendo ponto-chave de discussões, podendo retardar a transição.

Atravessando a ponte

A energia limpa está em alta, mas é bom lembrar que os combustíveis fósseis ainda não estão em declínio. A transição terá grandes desafios nos próximos anos.

Como dito, a criação da infraestrutura necessária para produzir energia “limpa” tem um potencial custo socioambiental que merece ser examinado de perto.

Já estamos bem à frente dos níveis sustentáveis de extração mineral. Produzir 50% de energia limpa já indica um cenário extremamente desgastante, trazendo conflitos geopolíticos e novas consequências socioambientais que ainda não foram devidamente consideradas.

O esforço econômico da transição não é algo que possa ser negligenciado. O investimento para substituir o fóssil pelo renovável a nível mundial é trilionário. Vai ocorrer, mas não no tempo que se almeja ou gostaria, dando sobrevida a energia “suja”.

A imposição de fontes mais “limpas” tem que ser ancorada na viabilidade ou vantagem econômica, senão a transição aumentará a desigualdade ao invés de melhorá-la. Quem paga a conta por produtos mais caros é a camada mais humilde da população na maioria dos casos.

Qualquer taxa, subsídio ou imposição para produção de energia “limpa” tem que ser tecnicamente avaliada considerando as opções disponíveis e o ciclo de vida da tecnologia envolvida.

A velocidade da transição depende de um componente estratégico: onde o consumo e a produção se dão na mesma geografia haverá mais chance de avanço. Os interesses geopolíticos poderão acelerar ou frear as mudanças em curso por conta disso.

Outras variáveis exógenas importantes que interferem no tamanho do passo durante a travessia dessa ponte são os movimentos dos ciclos das commodities e taxas de juros da economia, que balizam o custo de implantação de projetos juntamente com a percepção de risco deles.

Esses fatores possuem menor impacto para países mais estáveis e para tecnologias mais conhecidas. Outro fator que pode alterar essa velocidade são os sistemas tributários que vem tornando-se mais agressivos ao longo das décadas para os combustíveis fósseis.

Os lindos campos floridos, com a brisa eólica e o café fotovoltaico ainda são apenas visões no horizonte da maioria dos países, não um fato consumado. O “limpo” é menos limpo do que se imagina, mas ainda assim é mais limpo do que o “sujo”.

Há muito ainda por se fazer e não vai ser barato. Novas tensões geopolíticas estão apenas começando. Vai um café “sujo” com brisa de carbono aí?

[1] Premissas: Preço carvão na China (2019) = US\$ 86/ton; Preço GNL Ásia (2019) = US\$ 10/MMBTU; Termelétrica GN = US\$ 2.200/MWh de capacidade instalada

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 04/12/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO CAMINHA PARA NÃO BANIR A HUAWEI DO LEILÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL

Empresas de telecom ameaçam ir à Justiça se chinesa for barrada do processo para indenização por investimentos já realizados

Por Manoel Ventura e Naira Trindade

BRASÍLIA - O governo federal caminha para não banir totalmente a chinesa Huawei no fornecimento da infraestrutura para as redes de 5G no Brasil, cujo leilão está previsto para ocorrer em 2021. A pressão das empresas de telecomunicações e a importância que o fornecedor tem

para a infraestrutura já montada no país estão pesando na avaliação do Palácio do Planalto, de acordo com fontes que acompanham de perto o assunto.

As principais empresas de telecomunicação do Brasil, que efetivamente vão disputar o leilão e montar a infraestrutura do 5G — e, portanto, contratar os fornecedores —, ameaçam ir à Justiça caso a Huawei seja banida do país, cobrando uma indenização do governo pelos investimentos já feitos usando equipamentos chineses, como mostrou o GLOBO.

Uma ala do governo, por outro lado, ainda advoga para que sejam aplicadas ao menos restrições pontuais à empresa, como a proibição de sua atuação em infraestruturas críticas como áreas de defesa. Esse modelo já chegou a ser analisado pelos técnicos do governo, meses atrás e, por ele, a empresa estaria fora em cerca de 30% da rede nacional.

O principal obstáculo considerado pelo Palácio do Planalto para não barrar a Huawei, como querem os Estados Unidos, é a presença da empresa nas redes de 4G e 3G. Segundo executivos das teles, quase metade da infraestrutura montada hoje foi fornecida pela chinesa, além de já haver contratos em vigor nesse sentido. Eles ressaltam que isso é uma média e há regiões e casos em que 100% da rede é Huawei.

O 5G será construído sobre as redes 4G. Por isso, banir qualquer empresa que já atue no país vai obrigar a troca de equipamentos e aumentar os custos das companhias. Essa conta está sendo levada em consideração pelo Planalto para não barrar totalmente a Huawei.

Uma ala considera mais ideológica do governo, liderada pelo ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, por outro lado, ainda tenta ampliar certas restrições.

Uma versão do edital do leilão, que será ainda decidida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), também não prevê restrições de fornecedores. Mas técnicos da Anatel ressaltam que a agência não quer decidir sobre esse assunto, e nem colocaria restrições a fornecedores no edital do leilão.

Mais que uma internet de altíssima velocidade para celulares, a quinta geração de redes móveis de telefonia representará um novo marco para a indústria, para a agricultura de precisão e na criação de tecnologias para cidades inteligentes, segurança pública e internet das coisas. Setores como o da agricultura também fizeram chegar ao Planalto que restringir uma empresa poderia encarecer as instalações.

Os EUA pressionam para que países como o Brasil vetem a Huawei na construção das redes de infraestrutura com o argumento da segurança de informações. A empresa é uma das maiores fornecedoras mundiais de tecnologia para 5G e tem como principais concorrentes a sueca Ericsson e a finlandesa Nokia.

Câmara de comércio: Brasil e EUA devem continuar negociando para avançar em comércio digital

O que irá a leilão são as frequências com as quais o 5G vai operar. Ele será disputado pelas empresas de telecomunicação, que em seguida vão contratar fornecedores para montar a infraestrutura necessária para operação do 5G no Brasil

Fonte : O Globo - RJ

Data : 04/12/2020

COM ÁGIO DE 76%, DISTRIBUIDORA DE ENERGIA DE BRASÍLIA É PRIVATIZADA POR R\$ 2,5 BILHÕES

Neoenergia levou 100% das ações da companhia energética

Por João Sorima Neto



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24494328-5c1-a83/FT1086A/652/x86890173_EC-Sao-PauloSP06-02-2020-Torres-de-transmissao-de-energia-eletrica-no-interior-do-e.jpg.pagespeed.ic.Bc0XJ85Me5.jpg

Torres de transmissão de energia elétrica Foto: Edilson Dantas / Agência O Globo

SÃO PAULO — Com ágio de 76,63% em relação do preço mínimo, a Neoenergia venceu o leilão de privatização da Companhia Energética de Brasília (CEB)

Distribuidora, com lance de R\$ 2,515 bilhões. O leilão ocorreu na B3, na manhã desta sexta-feira.

O preço mínimo de venda da distribuidora foi fixado em R\$ 1,424 bilhão, conforme avaliações econômico-financeiras contratadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

— Fizemos um processo de privatização, com maior ágio de valor nominal do ano, em tempo recorde. Começou em janeiro de 2020 e 11 meses depois tivemos uma privatização fundamentada - disse Edison Garcia, presidente da CEB.

Três empresas participaram do leilão: além da Neoenergia, fizeram lances a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul e a Equatorial Participações e Investimentos.

A Neoenergia fez lance inicial de R\$ 2,2 bilhões, enquanto CPFL deu R\$ 1,95 bilhão e Equatorial R\$ 1,48 bilhão. Com propostas acima do valor mínimo, o leilão foi para o viva-voz.

A disputa se concentrou entre Neoenergia e CPFL, que fizeram 32 lances, numa disputa ombro a ombro pela distribuidora. A Neoenergia acabou oferecendo o maior valor. A Equatorial não fez lances.

Como pano de fundo, foi uma disputa entre os espanhóis da Iberdrola, controladores da Neoenergia, e dos chineses da State Grid, que controla a CPFL.

Para Mario Ruiz, presidente da Neoenergia, o ágio elevado se justifica porque os ativos da CEB Distribuidora são de primeira qualidade, o que permitirá cumprir as metas regulatórias.

Ele disse que os recursos para financiar a aquisição serão levantados junto ao mercado financeiro.

E que o alongamento dos prazos para que a companhia atinja as metas regulatórias foi um incentivo para a Neoenergia participar.

— Investimos R\$ 3,5 bilhões por ano em expansão e eficiência de redes. Sabemos como fazer - disse Ruiz

A Neoenergia opera quatro distribuidoras de energia, na Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Mato Grosso do Sul, atendendo 34 milhões de pessoas.

O presidente da CEB disse que a distribuidora estava 'carente' de um processo de reestruturação profunda e que a pandemia aumentou a inadimplência da companhia.

Nos últimos dois anos, a dívida da distribuidora foi reestruturada e houve alongamento do pagamento do ICMS para que a empresa tivesse melhora de gestão no período. A empresa atende 3 milhões de consumidores no DF.

A empresa foi privatizada porque corria o risco de perder a concessão por descumprimento de metas regulatórias cobradas pela Agência Nacional de Energia elétrica (Aneel) diante das dificuldades operacionais, econômicas e financeiras que se arrastam há alguns anos.

O dinheiro arrecadado com o leilão da CEB Distribuição, será transferido para a CEB Holding, da qual o governo do Distrito Federal tem 80% das ações e o mercado, 20%.

As ações da CEB estão listadas na B3 e se valorizaram mais de 140% este ano, já que havia a perspectiva de privatização da distribuidora.

O presidente do BNDES, Gustavo Montezano, que estava presente no leilão, afirmou que a privatização foi histórica para o país e o ágio apresentado é quase 100% maior do que os múltiplos do setor de energia

—O leilão foi 'adrenalizante' e a privatização é um marco histórico para Brasília - afirmou Montezano.

Para Ana Carolina Silva, gerente de Regulação e Tarifas da Thymos, consultoria especializada no setor de energia, o resultado foi surpreendente, tanto pela competição como pelo ágio apresentado.

Ela avalia que as duas empresas - Neoenergia e CPFL - foram até o limite porque enxergam a CEB como um ativo estratégico em Brasília, mesmo com a empresa apresentando alguns problemas técnicos, como não cumprimento das metas estabelecidas pela Aneel. Por isso, não dá para dizer que o valor pago foi 'caro', embora tenha sido inesperado.

- Se esperava competição, mas não nesse nível. As duas empresas foram até o limite do que estavam dispostas a pagar - diz ela, lembrando que a Thymos participou da avaliação técnica da CEB.

- Trata-se de um ativo estratégico no DF e com um novo investidor, com conhecimento do setor, como é a Neoenergia, a avaliação é que a empresa atinja as metas em pouco tempo - diz ela.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 04/12/2020

LEILÃO DE OFERTA PERMANENTE DA ANP GARANTE MAIS DE R\$ 160 MILHÕES EM NOVOS INVESTIMENTOS

Sete empresas apresentaram ofertas pelos campos devolvidos ou que não foram arrematados em eventos anteriores

Por Ramona Ordoñez



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24206750-78c-6f4/FT1086A/652/xPlataforma_petroleo.jpg.pagespeed.ic_kpqzSAMsp.jpg

Rodada arrecada R\$ 56,6 milhões em bônus para a união Foto: Henry Romero / Reuters

RIO— O segundo ciclo do leilão de oferta permanente de áreas para exploração e produção de petróleo, encerrado nesta sexta-feira, vai render um total de R\$ 56,69 milhões de bônus de assinatura para o caixa da União.

Foram sete empresas ofertantes e arrematados 17 blocos exploratórios, em seis bacias — Campos, Paraná, Amazonas, Espírito Santo, Potiguar e Tucano—, e uma área com acumulações marginais —Juruá, da Bacia do Solimões. Juntas, as 18 áreas receberão investimentos mínimos de mais de R\$ 160 milhões.

Para os blocos exploratórios em 14 áreas, o bônus total arrecadado foi de cerca de R\$ 30,94 milhões (ágio médio de 55,11%) e há previsão de R\$ 157 milhões em investimentos, somente na primeira fase do contrato (fase de exploração). Já para as áreas com acumulações marginais, o bônus total foi de R\$ 25,76 milhões (ágio de 1.650%), com previsão de R\$ 3,6 milhões em investimentos.

A Shell foi a única petroleira de grande porte a participar do evento, arrematando um bloco na Bacia de Campos por R\$ 12,05 milhões.

O evento foi realizado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) de forma híbrida — parte virtual e parte presencial.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que acompanhou presencialmente o evento, afirmou que a sessão pública desta sexta-feira "mostrou-se exitosa em relação à do 1º Ciclo da Oferta Permanente e também em relação ao que a política energética do país considera positivo, como maior competitividade e de empresas atuando no Brasil, além da atração de investimentos".

Para o diretor-geral interino da ANP, Raphael Moura, a licitação foi "um grande sucesso":

— Superou as expectativas em um ano difícil para o setor, no mundo. Temos muito o que comemorar. As áreas onshore (terrestres) geram mais empregos proporcionalmente, interiorizam e dinamizam economias locais, representam distribuição de royalties para municípios muitas vezes com indicadores de desenvolvimento mais baixos.

No leilão de oferta permanente são oferecidas áreas que ou foram devolvidas à ANP ou não foram arrematadas em leilões já realizados. Dentre os destaques estão as petroleiras Eneva e a EnP Ecosystemas, que arremataram vários blocos.

Nesse modelo, são as próprias ecompanhias que solicitam à ANP a realização de oferta de determinadas áreas. O investimento mínimo previsto pelas empresas que arremataram os 17 blocos nessas áreas é de R\$ 157,2 milhões.

Já a oferta de área chamadas marginais — inativa ou que a produção não se mostrou econômica—, a Eneva arrematou um bloco em Juruá, no Amazonas, por R\$ 25,760 mil. Já o bloco marginal oferecido na Bacia do Recôncavo, não teve propostas.

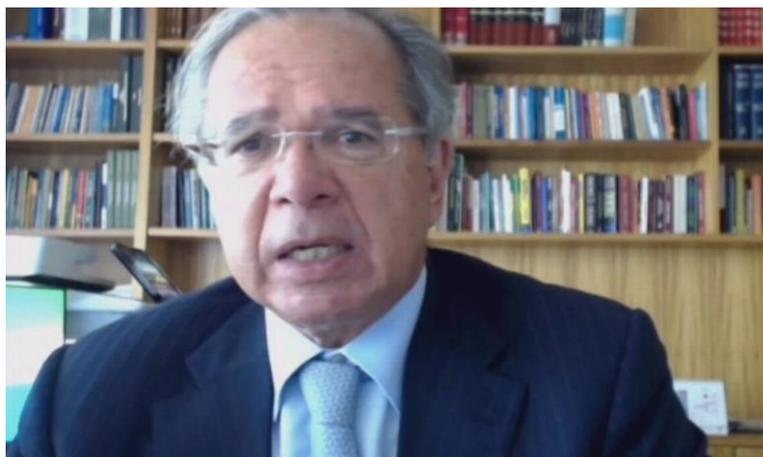
Fonte : O Globo - RJ

Data : 04/12/2020

GUEDES DIZ QUE 'DESENTENDIMENTO POLÍTICO' EM DISPUTA PELA CÂMARA INTERROMPEU CONVERSA SOBRE REFORMA TRIBUTÁRIA

Ministro defende tributação de 'outras bases', sem citar criação de imposto sobre transações financeiras

Por Marcello Corrêa e Manoel Ventura



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24779274-9c7-847/FT1086A/652/xGuedes-na-CBIC.jpg.pagespeed.ic.EockaQYqfM.jpq>

O ministro da Economia, Paulo Guedes, fala durante evento virtual do setor de construção civil Foto: Reprodução

BRASÍLIA - O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta quinta-feira que um "desentendimento político" relacionado às eleições para a presidência da Câmara travou o

debate sobre a reforma tributária.

De acordo com o ministro, enquanto deputados governistas defendem priorizar as votações da independência do Banco Central e da reforma administrativa, o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o relator da reforma tributária, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), trabalham para avançar com a mudança no sistema de impostos ainda neste ano.

— Mandamos a primeira fase (da reforma tributária). Colaboramos com a segunda fase, a Vanessa (Canado, assessora especial do ministro) está em conexão direta com o relator, fornecendo nossos insights sobre a segunda fase. De repente, com esse desentendimento político envolvendo a disputa da presidência da Câmara, esses entendimentos estão parcialmente interrompidos — afirmou Guedes, durante encontro promovido pelo setor de construção civil.

Segundo Guedes, o impasse no Legislativo impediu o avanço de propostas como a reformulação das regras do Imposto de Renda. Ele afirmou, no entanto, que as negociações podem ser retomadas à frente, sem especificar quando.

— Essa terceira fase, que seria o Imposto de Renda e os passivos tributários, está parada. Mas na verdade pode ser retomado rapidamente. Ou agora ou então depois. Mas a verdade é que nós vamos fazer essa reforma.

A avaliação de que o Executivo não tinha mais espaço para avançar com a reforma tributária já vinha sendo feita nos bastidores por integrantes do governo, como mostrou o GLOBO. A estratégia é deixar o custo de tentar aprovar a medida com os parlamentares.

Governo e Congresso têm divergências sobre a proposta desde o ano passado. O texto defendido por Maia e aliados prevê a unificação de cinco impostos, incluindo os administrados por estados e municípios. O novo tributo incidiria sobre o consumo.

A equipe econômica também é a favor da unificação de impostos, mas propõe que mais bases de tributação sejam criadas. Por isso, tenta emplacar desde o início do governo a criação de um imposto sobre transações financeiras, semelhante à CPMF, cuja arrecadação compensaria uma desoneração da folha de pagamentos.

A ideia, no entanto, já foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro e enfrenta forte resistência política. Na Câmara, Maia é um dos principais opositores à medida, por considerar que a tributação sobre cascata prejudicaria a atividade econômica — avaliação rebatida por Guedes.

'Se alguém quiser aumentar impostos, que faça'

O eventual avanço do texto defendido por Maia seria uma demonstração de força do parlamentar às vésperas das eleições para a presidência da Câmara, marcadas para fevereiro.

Na semana passada, ele chegou a afirmar que conta com cerca de 320 votos favoráveis à proposta — mais que o suficiente para a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC).

Apesar de afirmar que a conversa está interrompida, Guedes usou o evento desta quinta para dar recados sobre a avaliação da equipe econômica a respeito do texto hoje em discussão no Congresso.

Uma das críticas recorrentes do ministro à proposta é a de que um imposto sobre valor agregado (IVA) com alíquota alta poderia prejudicar o setor de serviços, caso outras bases tributárias, como a transação financeira, não sejam propostas.

— Se o IVA for muito alto, vai atingir quem gera 80% dos empregos no Brasil, que é serviços e comércio. Por isso que eu sempre disse: cuidado com esse IVA, nós precisamos de outras bases aí, porque o impacto vai ser muito grande. E o nosso governo não vai aumentar impostos. Se alguém quiser fazer uma reforma que aumenta impostos, que faça. Não somos nós — disse Guedes.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 04/12/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

EX-MINISTRO, NELSON JOBIM SE DIZ 'PERPLEXO' COM DISCUSSÃO SOBRE REELEIÇÃO DE MAIA E ALCOLUMBRE

Contrário às reconduções, Jobim cita que a Constituição, que ajudou a elaborar, é clara ao abordar a questão

Por Tânia Monteiro, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Deputado constituinte e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim afirmou ter ficado "perplexo" com a discussão na Corte sobre a possibilidade de os presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), se reelegerem nos cargos. Contrário à recondução, ele citou que a Carta Magna de 1988, que ajudou a elaborar, é clara ao abordar a questão.

"Não é assunto para se estar discutindo porque tem uma regra expressa na Constituição", afirmou Jobim em entrevista ao Estadão, de sua casa em São Paulo, onde se recupera após contrair covid-19. Aos 74 anos e parte do grupo de risco da doença, ele disse estar bem, apenas com sintomas leves, como cansaço.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/6/3/1550152198436.jpg>

O ex-ministro da Justiça e do STF Nelson Jobim, em evento na capital paulista nesta quarta-feira, 13 Foto: Tita Fotografia/Inspers

O julgamento de uma ação do PTB que trata sobre o tema foi iniciado pela Corte na madrugada desta sexta-feira no plenário virtual. Os ministros têm até o dia 14 para declarar seus votos. Hoje pela manhã, no entanto, 5 dos 11 integrantes da Corte já disseram ser a favor da possibilidade de reeleição no Congresso. Apenas um, Kássio Nunes Marques, fez a

ressalva de que no caso de Maia, que já foi reeleito duas vezes no cargo, não há a possibilidade de mais uma recondução.

Na conversa com o Estadão, Jobim afirmou que a possibilidade de reeleição no Congresso não deveria nem ser considerada pelo Supremo. "Tem regra expressa na Constituição (contra reeleição)", repetiu o ex-presidente da Corte, que ocupou a cadeira que hoje é de Luiz Fux entre 2004 e 2006. No ano seguinte, Jobim assumiu o Ministério da Defesa, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, cargo que também ocupou no início da gestão de Dilma Rousseff. Antes, já havia sido ministro da Justiça de Fernando Henrique Cardoso.

Um dos poucos políticos no País com passagens destacadas pelos três Poderes - Executivo, Judiciário e Legislativo -, Jobim argumentou que admitir a reeleição no Congresso "é desconsiderar a Constituição Federal". Ele se refere ao § 4º do artigo 57 da Constituição, que diz: "Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente".

O então deputado esteve ao lado de Ulysses Guimarães, que presidiu a Assembleia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988, e conheceu o "espírito do legislador" ao cunhar a regra sobre a

reeleição no Legislativo. Segundo Jobim, o veto foi uma “decisão pessoal” de Ulysses, chamado até hoje de “pai da Constituição” que garantiu ao País seu mais longo período democrático.

“Eu me lembro das razões”, contou Jobim. “A decisão do 'Doutor Ulysses' era para evitar a perpetuação de presidentes.” O ex-presidente do STF afirmou ainda que, na época, foi citado como um dos objetivos da regra se evitar a repetição de precedentes, como a chamada “emenda Flávio Marcílio”, apresentada em 1979, ainda durante a ditadura militar, que permitia a reeleição no comando das duas casas do Legislativo. O então deputado Flávio Marcílio, da Arena, partido ligado aos militares, ocupou por três vezes a presidência da Câmara.

“Está tudo muito claro”, reforçou Jobim, que participou do processo de elaboração do Regimento da Assembleia Nacional Constituinte e foi sub-relator da Comissão de Sistematização.

Em seu voto a favor da possibilidade de reeleição de Maia e Alcolumbre, o relator da ação, ministro Gilmar Mendes, considerou que a proibição à reeleição no Legislativo surgiu no regime militar. Ele argumentou que a emenda constitucional que liberou a recondução do presidente da República, em 1997, permitiu um “redimensionamento” de toda a Constituição.

Até o início da tarde, outros três ministros haviam concordado com esse entendimento. São eles: Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski. Na prática, os votos abrem caminho para que Maia e Alcolumbre concorram à reeleição em fevereiro de 2021, quando está marcada a disputa pela cúpula do Congresso. Maia nega ser candidato a mais dois anos à frente da Casa.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 04/12/2020

KLABIN ANUNCIA 23 NOVAS METAS PARA AVANÇAR NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Até 2030, companhia brasileira espera ter uma matriz energética 92% renovável, com economia de baixo carbono e um consumo de água 20% menor

Por Wagner Gomes, O Estado de S.Paulo

Primeira empresa brasileira a emitir um green bond (títulos de dívida que buscam unir sustentabilidade com retorno financeiro) de 30 anos, a Klabin está usando as exigências desses papéis para avançar no desenvolvimento sustentável. A fabricante de papel anuncia nesta sexta-feira, 4, 23 metas nessa direção. Entre os objetivos, a empresa buscará ter, até 2030, uma matriz energética 92% renovável, com economia de baixo carbono. Também quer reduzir em 20% o consumo de água.

Segundo Francisco Razzolini, diretor de tecnologia industrial, inovação, sustentabilidade e projetos da Klabin, como o dinheiro captado tem de ir necessariamente a projetos dessa natureza, cria-se um ciclo virtuoso – com a redução as emissões reforçando o compromisso e o desempenho sócio-ambiental da companhia. Não é a toa que a meta principal será de redução de emissão de carbono das operações. O objetivo é capturar, em 10 anos, 45 milhões de toneladas de carbono por meio das operações florestais.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/3/1/1607051531513.jpg>

A Klabin conseguiu reduzir em 45% o uso de água nos últimos 15 anos. Foto: Félix Leal/AEN

Razzolini diz que a Klabin tem em estoque de 4,7 milhões de toneladas de carbono equivalente. Essa unidade de medida equivale ao balanço entre os gases emitidos e captados pela empresa, em suas operações durante 2019. As florestas tiveram papel importante nessa conta.

Apesar de ainda não existir nenhum

mecanismo oficial de negociação de carbono, o estoque pode gerar crédito para a negociação no mercado. A empresa também trabalha em iniciativas bilaterais, com negociações diretas com outras companhias. “Ainda não há previsão de que isso se concretize no curto prazo”, afirma. “Mas a Klabin está preparada e tem potencial de entrar em negociação”.

Em relação ao uso da água, a companhia reduziu, nos últimos 15 anos, em 45% o consumo em suas fábricas. “Agora estamos propondo redução de mais 20%. Também é uma redução financiada pelo mecanismo dos green bonds”, diz.

Para ele, a sustentabilidade ganhou projeção. “Vários fundos só investem em companhias que colocam essa questão como prioritária”, diz.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 04/12/2020

NEOENERGIA VENCE LEILÃO DE DISTRIBUIDORA DO DF COM LANCE DE R\$ 2,5 BILHÕES

Valor teve ágio de 76% em relação ao mínimo; segundo o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, a CEB-D deve receber investimento de R\$ 5 bilhões

Por Luciana Collet, O Estado de S.Paulo

A Neoenergia, representada pela Bahia Geração de Energia, venceu o leilão pela distribuidora de energia elétrica CEB-D, que atende consumidores do Distrito Federal. A empresa ofereceu R\$ 2,515 bilhões em lance vencedor, o que representou um ágio de 76,63% em relação ao valor mínimo de R\$ 1,4 bilhão e superou as concorrentes CPFL Energia e Equatorial.

Na primeira etapa do leilão, de abertura dos envelopes com as propostas, a Neoenergia já havia apresentado o melhor lance, de R\$ 2,2 bilhões, dando uma mostra de seu apetite. A CPFL Energia ofereceu lance de R\$ 1,95 bilhão, nessa etapa, enquanto Equatorial Energia propôs R\$ 1,485 bilhão.

Conforme estabelecido no edital, foi aberta segunda fase de ofertas, com lances a viva-voz e CPFL Energia e Neoenergia seguiram em intensa disputa, impulsionando o ágio.

A grande surpresa do leilão foi a ausência da Enel. O grupo italiano era visto por especialistas no setor elétrico como grande favorito, já que opera a concessionária de distribuição de Goiás, atual Enel Goiás, que circunda a área de concessão da CEB-D. No entanto, na semana passada o presidente global do grupo, Francesco Starace, já havia sinalizado que poderia ficar de fora da disputa.

Ele comentou que, embora seguisse avaliando potenciais ativos de distribuição, nem todos seriam do interesse da companhia, "seja por conta da posição no País ou porque talvez há expectativas irreais do lado vendedor". Havia comentários de que o valor mínimo proposto já estaria elevado.

A CEB-D tem cerca de 1,1 milhão de clientes em uma área considerada atraente, tendo em vista a alta densidade populacional e o alto poder aquisitivo, com PIB per capita quase 2,5 vezes a média brasileira.

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, afirmou que a privatização vai garantir investimentos de R\$ 5 bilhões na distribuidora ao longo da concessão, além dos R\$ 2,5 bilhões que entrarão nos cofres do Distrito Federal e que propiciarão investimentos e obras, além de aliviar o caixa estatal apertado por causa da pandemia.

Segundo ele, a distribuidora vinha drenando o caixa do Distrito Federal, dada as necessidades de aporte, consumindo recursos que poderiam ser destinados para saúde, educação e segurança. "Marcamos mais uma etapa do processo de desestatização, que foi um sucesso e é uma mostra contundente que desestatização é caminho para crescimento do País", disse.

Ele afirmou que o banco segue com agenda relevante de desestatizações à frente, no Rio Grande do Sul (CEEE) e Amapá (CEA), além de agenda de projetos em saneamento, portos e rodovias em 2021 e 2022.

O presidente da Neoenergia, Mario Ruiz-Tagle, explicou que a compra da concessionária levou em conta a estratégia da companhia de crescer com ativos “de primeira qualidade”.

O executivo destacou que a empresa está precisando de investimentos, após a redução observada nos últimos anos. “Isso será rapidamente reposto”, disse. “Nosso trabalho é investir para melhorar a concessão, investir de maneira eficiente, para que sejam repassados para tarifa, e o mais importante é que tem o desafio de proporcionar energia suficiente e a um custo razoável para o crescimento de Brasília.”

A Neoenergia já opera distribuidoras em São Paulo (Elektro), Bahia (Coelba), Pernambuco (Celpe) e Rio Grande do Norte (Cosern). Ruiz-Tagle afirmou que a empresa investe anualmente cerca de R\$ 3,5 bilhões nessas distribuidoras, em expansão e em melhoria da rede. “Sabemos o que temos que fazer em Brasília, conhecemos bem a companhia, estudamos bem e por isso conseguimos dar um preço dessa característica e confiar que teremos rentabilidade para que acionistas criem valor”, disse.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 04/12/2020

CSN VENDERÁ FATIA DE SUBSIDIÁRIA PARA REDUZIR DÍVIDA DE R\$ 30 BILHÕES

Operação ocorreria neste mês, mas precisou ser adiada para o fim de janeiro de 2021; empresa terá como presidente Enéas Diniz, que comandava a área dentro da CSN

Por Fernanda Guimarães, O Estado de S.Paulo

A abertura de capital da CSN Mineração é esperada para girar mais de R\$ 8 bilhões, sendo que R\$ 7 bilhões desse valor irá ao caixa da CSN, pela venda de uma fatia minoritária na unidade, dinheiro prometido para ajudar a reduzir o endividamento da siderúrgica. Ao final de setembro a dívida líquida superava os R\$ 30 bilhões. A empresa terá como presidente Enéas Diniz, que comandava a área dentro da CSN, apurou o Estadão. A operação, que ocorreria neste mês, escorregou para o fim de janeiro de 2021, segundo fonte.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/5/5/14/47857380755.jpg>

Abertura de capital da CSN Mineração deve render mais de R\$ 8 bilhões para a CSN. Foto: Tasso Marcelo/ Estadão

A subsidiária da CSN congrega as minas Namisa e a famosa mina de Casa de Pedra, produtora de um dos minérios de maior qualidade do quadrilátero ferrífero. Há um ano, ao comentar sobre o resultado da CSN, Steinbruch revelou: “Não concordo, mas comprei essa ideia do mercado de desalavancar”. O empresário lembrou que fez

seu histórico como empresário de forma alavancada. Foi assim que levou a CSN anos atrás em seu leilão de privatização, em 1993. “Comecei devendo tudo”. Steinbruch também foi o nome por trás do consórcio que arrematou a Vale, em 1997.

Depois do IPO de mineração, a CSN tem nos planos abrir o capital de sua unidade de cimentos, disseram fontes. A companhia de Steinbruch possui quase 90% da CSN Mineração. Um consórcio asiático detém o restante.

A visão do mercado tem sido positiva para os negócios da companhia, algo também relacionado à expectativa de crescimento da empresa. A agência de classificação de riscos Fitch, por exemplo, elevou recentemente o rating da empresa de B para B+, além de revisar a perspectiva, de estável

para positiva. Disse, contudo, que a perspectiva é reflexo da expectativa de que a companhia continuará a desalavancar sua estrutura de capital ao longo dos próximos 12 a 18 meses.

Já analistas do Credit Suisse, após participarem de viagem organizada pela companhia para conhecer Casa de Pedra, disseram que a CSN sinalizou entender que a redução das dívidas vem antes dos projetos de crescimento programados, e que a venda de ativos para ajudar a diminuir a alavancagem será o foco em 2021, segundo relatório enviado ao mercado. A visita fez parte do esforço para o IPO do ativo. Fizeram a visita 15 fundos de São Paulo, cinco do Rio de Janeiro e alguns analistas de mercado.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 04/12/2020

OI VAI LEVAR ENERGIA RENOVÁVEL PARA 100% DAS OPERAÇÕES EM DOIS ANOS

Por Circe Bonatelli

A Oi, em recuperação judicial, pretende se tornar referência no uso de energia renovável dentro do setor de telecomunicações. A empresa definiu a meta de, em dois anos, ter 100% de toda a operação abastecida por fontes renováveis. O grupo vai encerrar 2020 com o patamar de 60% já alcançado. Pelos cálculos da tele, o movimento gerou economia de R\$ 400 milhões com energia elétrica no ano.

Lugar ao sol. Na iniciativa mais recente, a Oi fechou parceria com a Faro Energy para uso de energia solar nas operações em Minas Gerais. A Faro Energy inaugurou duas usinas nas cidades mineiras de Janaúba e Jaíba, com investimento de R\$ 45 milhões e capacidade de geração de mais de 21 Gwh por ano.

Mais limpo. Essas usinas vão atender 1,9 mil unidades consumidoras da operadora, como torres, antenas, estações, lojas e escritórios. Elas também evitarão a emissão de mais de 7 mil toneladas de gás carbônico na atmosfera por ano, o equivalente ao plantio de aproximadamente 43 mil árvores.

Contato: colunabroadcast@estadao.com

Esta reportagem foi publicada no Broadcast+ no dia 03/12/2020 às 12:05

O Broadcast+ é a plataforma líder no mercado financeiro com notícias e cotações em tempo real, além de análises e outras funcionalidades para auxiliar na tomada de decisão.

Para saber mais sobre o Broadcast+ e solicitar uma demonstração, acesse <http://www.broadcast.com.br/produtos/broadcastplus/>

Contato: colunabroadcast@estadao.com

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 04/12/2020



VALOR ECONÔMICO (SP)

EXPORTADORAS IMPULSIONAM RESULTADO DA INDÚSTRIA

A discussão sobre com qual letra do alfabeto se dá a recuperação da economia é o tema do momento entre os especialistas versados nos mistérios do Produto Interno Bruto (PIB). O que os dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram é que pelo menos uma parte deles já adotou o “V” como modelo.

O PIB industrial cresceu 14,8% no terceiro trimestre deste ano, na comparação aos três meses anteriores, o melhor resultado trimestral na série atual do IBGE, iniciada em 1996. No segundo trimestre, o PIB do setor havia recuado 13% na comparação ao período imediatamente anterior, feito o ajuste sazonal.

O avanço não chega a ser uma surpresa para quem acompanhou os resultados das empresas nos últimos meses – e a mediana das estimativas apuradas pelo Valor Data já apontava para crescimento de 14,2%. Depois do auge da crise provocada pela pandemia, as companhias de capital aberto – as que divulgam dados trimestrais – vieram com dados muito fortes no terceiro trimestre.

A metodologia do PIB considera como indústria os setores de manufatura e extração, construção civil e energia e gás.

Dados compilados pelo Valor Data em meados de novembro já mostravam um desempenho muito superior de um grupo de 318 companhias em relação ao mesmo trimestre do ano passado, ou seja, ainda no pré-pandemia.

Esse grupo inclui empresas de serviços, como o varejo e atacado de alimentos, que também cresceram fortemente, mas os motor da recuperação foi a indústria. Nomes como Petrobras, JBS e Vale, as três maiores do país por faturamento, formam um pequeno PIB de quase R\$ 200 bilhões no trimestre – as duas últimas, grandes exportadoras, cresceram 34% e 42% no período, impulsionados pela desvalorização do real e pela forte demanda por alimentos e matérias-primas como minério de ferro.

Mesmo as empresas da construção civil, surpresa negativa na divulgação de ontem, com uma queda de 7,9%, vieram com balanços bons no terceiro trimestre. As 17 empresas que estão na amostra do Valor Data aumentaram em 25% a receita no período. O setor de máquinas, que costuma demorar para pegar tração depois das crises, cresceu 52% em conjunto. Das nove que estão na amostra, sete faturaram mais.

Esse bom desempenho é uma parte da explicação para o avanço de 11% na chamada “formação bruta de capital fixo” (medida do que se investe em máquinas, construção civil e inovação), outro dado expressivo divulgado ontem.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 04/12/2020

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE SOJA CRESCERAM 20 VEZES EM NOVEMBRO

Segundo dados da Secex, volume chegou a 122,4 mil toneladas

Por Marcela Caetano, Valor — São Paulo

A demanda aquecida no mercado doméstico e os volumes recorde de exportação levaram o Brasil a renovar máximas também na importação de soja neste ano. A combinação desses fatores, aliada ao dólar em alta, reduziram os estoques domésticos e os volumes do grão comprado em outros países devem continuar marcantes até janeiro.

Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), no mês passado as importações alcançaram 122,4 mil toneladas em novembro, 20 vezes mais que em novembro de 2019 (6 mil toneladas). As compras custaram US\$ 49,2 milhões, ante US\$ 1,9 milhão um ano antes, já que o valor médio da tonelada adquirida subiu de US\$ 328,8 para US\$ 402,4.

De janeiro a novembro, as importações somaram 748 mil toneladas, ante 131 mil nos 11 primeiros meses do ano passado. Conforme a Secex, o valor das compras chegou a US\$ 245 milhões, quase seis vezes maior que no mesmo período de 2019 (US\$ 41,1 milhões).

O último ano em que o Brasil importou um volume expressivo de soja foi 2014, quando o total chegou a 577 mil toneladas de janeiro a novembro. A expectativa do setor é que as importações

persistam em patamares elevados até janeiro, quando começa a colheita da safra 2020/21 no Brasil - o país deverá colher um volume recorde de 134,9 milhões de toneladas.

Na quinta-feira, o porto de Paranaguá, no Paraná deu início ao processo de descarga de 30,5 mil toneladas de soja vinda dos Estados Unidos. Apesar de pequeno, foi o maior volume comprado pelo Brasil dos EUA desde 1997. A expectativa é a operação no navio Discoverer, de bandeira das Ilhas Marshall, seja concluída na segunda-feira, segundo a administradora do porto.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 04/12/2020

PREÇO DO MINÉRIO DE FERRO SOBE E ATINGE O VALOR MAIS ALTO DESDE MARÇO DE 2013

Os preços saltaram 5,8% no porto de Qindgao, a US\$ 145,01 por tonelada

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo

Preço do minério de ferro sobe e atinge o valor mais alto desde março de 2013

Os preços saltaram 5,8% no porto de Qindgao, a US\$ 145,01 por tonelada

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo

A redução da meta de produção da Vale em 2020 e 2021 e a redução dos estoques de minério de ferro nos portos chineses segue alimentando o rali da commodity no mercado global. Somente em dezembro a valorização acumulada no mercado transoceânico já supera 10%.

A redução da meta de produção da Vale em 2020 e 2021 e a redução dos estoques de minério de ferro nos portos chineses segue alimentando o rali da commodity no mercado global. Somente em dezembro a valorização acumulada no mercado transoceânico já supera 10%.

Com esse desempenho, a valorização acumulada nos quatro primeiros dias de dezembro supera 10%. No ano, o ganho é superior a 57%.

Na bolsa de Dalian, os contratos mais negociados, com entrega em janeiro, avançaram 4,2%, a 972 yuans por tonelada.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 04/12/2020

SETOR DE GÁS NATURAL JÁ VIVE TRANSFORMAÇÃO, DIZ MINISTRO

Governo quer derrubar barreiras para incentivar participação de usinas térmicas a gás nos leilões de energia, disse Albuquerque

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou que o mercado de gás natural já vive uma transformação, mesmo antes da aprovação do novo marco legal, e que o governo quer derrubar barreiras para incentivar a participação de usinas térmicas a gás nos leilões de energia.



“O novo mercado de gás, no nosso entendimento, já está acontecendo”, disse na abertura de evento da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) nesta sexta-feira.

[https://s2.glbimg.com/cn2MN321CIODs66obiwZu-dgbl=/0x0:755x513/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/b/s/qt8Yc4QMCctJ0QghVOww/foto29bra-201-ener-a2.jpg](https://s2.glbimg.com/cn2MN321CIODs66obiwZu-dgbl=/0x0:755x513/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/b/s/qt8Yc4QMCctJ0QghVOww/foto29bra-201-ener-a2.jpg)

— *Foto: Leo Pinheiro/Valor*

“Os pedidos de autorização para a prática de carregamento (contratação de transporte dutoviário) passaram de uma média de três por ano, até 2018, para um total 49 entre janeiro de 2019 e outubro de 2020. As autorizações de comercialização de gás natural passaram de 4 por ano para

43, desde janeiro de 2019. O ministério publicou, somente neste ano, 26 autorizações de importação de gás natural. Já é possível contratar capacidade no Gasbol. Já temos terminal de GNL [Gás Natural Liquefeito] privado em Sergipe e UPGN [Unidade de Processamento de Gás Natural] privada na Bahia. E mais terminais privados virão, como no Porto de Açu e de Barcarena, no Pará. Ou seja, o setor de gás já vive transformação”, afirmou o ministro, em sua fala.

Entre as medidas citadas para incentivar o uso do gás no país, ele afirmou que o ministério tem trabalhado em ampliar a participação de usinas de geração térmica movidas a gás natural.

“Estamos avaliando a eliminação de algumas barreiras, a participação de térmicas inflexíveis, aumentando a competição”, disse.

Por fim, ele pediu esforços para a aprovação do novo marco legal do gás. “Dialoguem com senadores e representantes do Congresso, reforçando a relevância do projeto de lei. Agora é o momento de comemorar a aprovação do marco legal que permitirá a competição.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 04/12/2020



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

RECEITA FEDERAL APREENDE 322 QUILOS DE COCAÍNA NO PORTO DE PARANAGUÁ ESCONDIDOS EM CARGA DE CERÂMICA

Droga seria levada para o Porto de Valência, na Espanha, e foi apreendida na noite de quinta-feira (3).

Por G1 PR



[https://s2.glbimg.com/3JoUJSXkei8LjbFda8-t10wcuEI=/0x0:625x341/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/G/P/WPIhA0QWaozD4obrOE7Q/apreen-sao-.jpg](https://s2.glbimg.com/3JoUJSXkei8LjbFda8-t10wcuEI=/0x0:625x341/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/G/P/WPIhA0QWaozD4obrOE7Q/apreen-sao-.jpg)

Droga foi apreendida no Porto de Paranaguá, no litoral do Paraná, na quinta-feira (3) — Foto: Reprodução/RPC

A Receita Federal apreendeu 322 quilos de cocaína, na noite de quinta-feira (3), no Porto

de Paranaguá, no litoral do Paraná.

De acordo com os agentes, a droga estava escondida em um container com carga de cerâmica e seria levada para o Porto de Valência, na Espanha.

Ainda conforme a Receita, desde o início do ano, mais de cinco toneladas da droga foram apreendidas no terminal de embarcação.

Até a última atualização da reportagem, ninguém tinha sido preso.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data : 04/12/2020

FOLHA DE S.PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

PORTO DE SANTOS ENCOMENDA ESTUDOS PARA TÚNEL ATÉ O GUARUJÁ

Governo de SP levou atualização de projeto de ponte para Ministério da Infraestrutura em novembro

SÃO PAULO - A SPA (Autoridade Portuária de Santos) vai publicar até o final de janeiro um chamamento público para receber estudos de viabilidade que embasem a construção de um túnel submerso ligando Santos ao Guarujá. A obra vem rivalizando com projeto do governo do estado de construção de uma ponte entre as duas cidades.

Um grupo de empresas que se articularam no movimento chamado Vou de Túnel já se prepara para apresentar seus estudos. Casemiro Tércio Carvalho, participante e ex-presidente da SPA, diz que o modelo a ser defendido é o de uma concessão patrocinada, em que os responsáveis pelos investimentos receberiam uma contraprestação para viabilizar o projeto.

No último dia 19, o governo paulista entregou ao Ministério da Infraestrutura nova versão do projeto da ponte, que depende de autorização federal porque a obra afetaria o porto, controlado pela União. Para a Secretaria de Logística e Transporte, a ponte e o túnel atenderiam a públicos diferentes e podem conviver.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data : 04/12/2020

GOVERNO CONCEDE 18 ÁREAS PARA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO EM LEILÃO POUCO DISPUTADO

Vencedores pagarão R\$ 56,7 milhões em bônus e se comprometem a investir R\$ 160,6 milhões

Por Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO - Em um leilão com pouca concorrência e sem a presença da Petrobras, o governo concedeu nesta sexta (4) 18 áreas para exploração e produção de petróleo e gás no país. O leilão arrecadou R\$ 56,7 milhões e garante investimentos mínimos de R\$ 160,6 milhões.

Ao todo, sete empresas apresentaram oferta. E sete venceram. Houve disputa por apenas uma área, um campo de gás na Amazônia, que teve o maior ágio do leilão: 1.650%. Responsável pelo ágio, a Eneva foi a maior vencedora do leilão, com oito áreas.

A única grande petroleira a apresentar proposta foi a Shell, que levou sem concorrência e com bônus de R\$ 12 milhões um bloco em águas ultraprofundas na Bacia de Campos, com potencial para descobertas no pré-sal.

O leilão realizado nesta sexta foi o segundo sob o modelo de oferta permanente, inaugurado em 2019 pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis). Nesse modelo, os blocos ficam disponíveis de forma permanente à espera de manifestações de interesse das petroleiras.

Após reunir um número de manifestações, a ANP leva os setores de blocos que têm interessados a leilão. No leilão desta sexta, foram oferecidos 14 setores, mas houve ofertas para blocos em apenas 6.

"Os resultados da rodada apontaram para um grandíssimo sucesso, superando todas as expectativas em um ano muito difícil", disse após o leilão o diretor-geral interino da ANP, Raphael Moura. "Tivemos até uma concorrência por uma área."

A única disputa se deu pelo campo de Juruá, no Amazonas, que teve o maior ágio do leilão e bônus de R\$ 25,7 milhões. A Eneva disputou a concessão com a Imetame. Juruá fica perto de Urucu, a cerca de 600 quilômetros de Manaus e hoje o único campo produtor de petróleo e gás na Amazônia.

A vencedora da disputa investe atualmente em outro projeto no estado, adquirido da Petrobras em 2017. O empreendimento prevê a produção de gás natural no campo de Azulão para transporte por caminhões especiais até uma usina térmica que será instalada em Roraima.

A Eneva é uma das interessadas em ficar com o campo de Urucu, que foi posto à venda pela Petrobras. No leilão desta sexta, levou ainda outras três concessões no Amazonas, numa região mais próxima a Manaus.

A oferta desses blocos foi motivo de protestos em frente ao local onde o leilão foi realizado, diante dos riscos de impactos sobre comunidades indígenas da região. Segundo estudo da ONG 350.org, a exploração nas áreas oferecidas poderia provocar ou agravar impactos em 47 terras indígenas e 22 unidades de conservação.

"A Amazônia representa a vida para os Povos Indígenas e para o planeta, mas o petróleo pode trazer a morte de animais, florestas e pessoas. Estamos unidos para lutar e vencer essa ameaça", disse Ninawá Huni Kui, presidente da Federação do Povo Huni Kui do Estado do Acre, presente à manifestação.

Em parceria com a Enauta, a Eneva levou também quatro blocos exploratórios no Paraná, com bônus de R\$ 2,1 milhões e se comprometeu com investimentos exploratórios de R\$ 45,3 milhões. Também nesse caso, o foco da companhia é a busca por gás natural.

Para a ANP, a busca por novos projetos de gás natural já é resultado de mudanças promovidas no setor desde o governo Michel Temer, com a redução da presença da Petrobras e a abertura de infraestrutura para outros produtores.

Além de Shell, Eneva e Imetame, as petroleiras independentes Enauta, Petrorecôncavo, Petroborn e ENP Ecossistemas arremataram áreas no leilão, sozinhas ou em consórcio. Só a Shell investiu em blocos marítimos, o restante levou áreas em terra.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse após o evento que houve evolução em relação ao primeiro leilão da oferta permanente, em 2019, que teve arrecadação de R\$ 22 milhões.

"Vemos evolução grande no que diz respeito ao bônus de assinatura e à consolidação de pequenas e médias empresas no negócio de petróleo e gás no Brasil, que até bem pouco tempo era praticamente restrito à Petrobras e a algumas outras grandes empresas", afirmou.

O governo pretende ampliar o modelo de oferta permanente, incluindo áreas dentro do chamado polígono do pré-sal, área de 147 mil quilômetros quadrados onde estão hoje as maiores reservas brasileiras de petróleo.

As experiências recentes mostram, porém, que os bônus tendem a ser menores nesse modelo. A Shell, por exemplo, pagou em 2019 R\$ 550 milhões por uma concessão na mesma região onde está localizado o bloco arrematado por R\$ 12 milhões nesta sexta.

Nos dois casos, os blocos têm potencial de descobertas no pré-sal, embora estejam fora do polígono. O primeiro deles —o mais caro— foi arrematado em uma rodada de licitações convencional, nas quais é a ANP quem define a lista de blocos que serão oferecidos.

Na oferta permanente de 2019, foi a vez de consórcio liderado pela Exxon levar por R\$ 7,8 milhões três áreas em Sergipe, bacia considerada a nova fronteira brasileira após o pré-sal. Dois anos antes, a petroleira americana havia pago R\$ 3,76 bilhões por duas concessões na mesma região.

Questionado sobre a diferença de bônus pagos nos dois modelos de leilão, o diretor-geral da ANP disse que os valores ofertados seguem "lógica de mercado" e que não vê problemas de competição na oferta permanente.

"O importante é promover leilões que sejam bem sucedidos, que aumentem o portfólio exploratório do país. O aumento do portfólio exploratório, associado aos investimentos, é que convertem essa riqueza em benefício da sociedade", defendeu

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data : 04/12/2020



FOLHA DE PERNAMBUCO – PE

EM MEIO À EXPECTATIVA SOBRE OBRA DE DRAGAGEM, NOVO PRESIDENTE ASSUME O PORTO DO RECIFE

Arquiteto e urbanista Jaime Alheiros assume, a partir desta terça-feira (3), a presidência do Porto do Recife

Por Portal Folha de Pernambuco



https://cdn.folhape.com.br/img/pc/1100/1/dn_arquiv_o/2020/08/porto-do-recife.jpeg

Porto do Recife - Foto: Alexandre Aroeira/Arquivo/Folha de Pernambuco

O arquiteto e urbanista Jaime Alheiros assume, a partir desta terça-feira (3), a presidência do Porto do Recife. Com 25 anos de atuação em planos setoriais, planejamento estratégico e gestão pública, Alheiros é o 22º gestor a assumir o cargo de presidente do ancoradouro desde que foi

firmado um convênio de delegação entre o Governo do Estado de Pernambuco e a União, em 2001, que passou a administração do Porto para o Estado de Pernambuco.

Alheiros, que já foi diretor de Planejamento e Urbanismo e diretor de Planejamento e Gestão do Complexo Industrial Portuário de Suape, vai substituir Carlos Vilar, que presidiu a gestão do Porto por três mandatos. A última gestão de Vilar, de fevereiro de 2019 a novembro de 2020, foi marcada por uma reforma administrativa na gestão do equipamento, que causou uma reestruturação organizacional nos cargos. A última gestão também foi responsável pela aquisição do Sistema Integrado de Gestão Empresarial, que deve fornecer e organizar dados e informações pertinentes à próxima gestão.

Além das mudanças no campo administrativo, Vilar firmou contratos com a iniciativa privada e viabilizou obras estruturadoras que devem se estender pelas próximas gestões, como a obra de dragagem do Porto do Recife, cujo edital de licitação deve ser publicado ainda em novembro deste ano. A licitação prevê a retirada de mais de 800 mil m³ de sedimentos do cais acostável, canal interno e bacia de evolução.

Funcionário do Porto por mais de 45 anos, Carlos Vilar renunciou à presidência por questões familiares. "Dediquei quase meio século de minha vida ao Porto do Recife, contribuí de muitas maneiras para a história desse ancoradouro centenário. Aos 74 anos senti que era o momento de dedicar tempo para a minha família e cuidar de minha saúde. Em tempos pandêmicos fico limitado, em virtude de minha idade, e não posso servir ao Porto com a dedicação de sempre", explica Vilar.

Para o novo presidente, o Porto do Recife é uma peça fundamental para o desenvolvimento econômico do estado. "O Porto do Recife é um importante equipamento para o desenvolvimento econômico de Pernambuco, apoiando o crescimento pujante dos polos industriais da RMR, nos últimos anos. Além da sua função logística, contribui para a revitalização do Bairro do Recife com os projetos de revitalização portuária (REVAP) e pode fazer muito mais enquanto plataforma

turística para o Estado – é um porto que tem história e tem futuro!”, ressalta o novo diretor-presidente.

Fonte: Folha de Pernambuco - PE

Data : 04/12/2020



DIÁRIO DO NORDESTE - CE

MESMO COM PANDEMIA, PECÉM BATE RECORDES DE MOVIMENTAÇÃO

Escrito por Bruno Cabral, bruno.cabral@svm.com.br 23:00 / 03 de Dezembro de 2020. Atualizado às 10:16 / 04 de Dezembro de 2020

Com maior navegação por cabotagem (destinada a outros portos nacionais) e safra de frutas acima das expectativas, a movimentação de contêineres no Pecém vem registrando os maiores volumes da história em 2020



[https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/idade/contentid/policy:1.3018734:1607084649/porto.jpeg?f=16x9&\\$p\\$f=8088d8e](https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/idade/contentid/policy:1.3018734:1607084649/porto.jpeg?f=16x9&pf=8088d8e)

Legenda: As operações de cabotagem e a safra de frutas de 2020/2021 foram os principais motivos para a alta no segundo semestre - Foto: Nilton Alvez

dentre outros entraves, o Porto do Pecém vem batendo recordes na movimentação de carga. O resultado vem sendo puxado principalmente pela cabotagem (navegação entre portos brasileiros) e pelas exportações de frutas. E, com essa recuperação, a expectativa é fechar o ano com crescimento na operação de contêineres.

Em outubro, o porto bateu, pelo segundo mês seguido, o recorde na movimentação mensal, com o embarque e desembarque de 46.705 TEUs (unidade equivalente a 1 contêiner de 20 pés). O resultado foi 19,1% maior que o recorde anterior, registrado em setembro (39.207 TEUs). Até então, o melhor resultado havia sido em outubro do ano passado (36.425 TEUs). No décimo mês de 2020, o Porto registrou a maior movimentação mensal de placas de aço no ano, com avanço de 5,9% em relação a outubro de 2019.

Segundo Daniel Rose, diretor superintendente da APM Terminals Pecém, empresa que movimenta todos os contêineres que passam pelo porto, hoje, a atividade portuária está bem acima das expectativas que os operadores tinham durante os piores meses da crise. “Considerando tudo o que aconteceu, estamos bem melhores do que achávamos que estaríamos agora. Tivemos uma exportação de frutas realmente muito boa, o dobro do ano passado. Então, estamos muito satisfeitos”.

Cabotagem

O incremento na movimentação de contêineres neste ano está fortemente relacionado com crescimento da cabotagem, com o embarque e desembarque de produtos diversos, e pelo envio de frutas ao exterior. Considerando a movimentação total (contêineres e granéis e cargas soltas) até setembro, o Porto do Pecém movimentou 11.562.977 toneladas, o equivalente a 63,8% do total movimentado em 2019 (18.100.767 toneladas).

De acordo com Daniel Rose, o volume movimentado por cabotagem registrou forte queda no segundo trimestres, mas tão logo as atividades foram gradualmente retomadas, a movimentação voltou rapidamente, com o retorno de linhas que haviam sido suspensas. “No meio do ano, estávamos um pouco pessimistas, mas em agosto o fluxo voltou com muita força. Tivemos um

mês de julho muito ruim e, de agosto para a frente, voltou com força, principalmente cargas para a construção civil e eletrodomésticos em geral. As linhas da Aliança que haviam sido suspensas voltaram em julho”.

De acordo com a APM Terminals, a navegação por cabotagem responde, hoje, por 70% dos contêineres movimentados pela companhia no Pecém. “Acredito que esse movimento tenha sido provocado pelo aumento dos custos do frete, e pela forte demanda por produtos para a casa, como ar-condicionados, máquinas de lavar, dentre outros, produzidos na Zona Franca de Manaus”, diz Rose.

Segundo Raul Viana, gerente de Negócios Portuários do Complexo Industrial e Portuário do

Pecém, as operações de cabotagem e a safra de frutas de 2020/2021 foram os dois principais motivos para essa alta nos números no segundo semestre. Considerando a média mensal, no entanto, o porto movimentou 1,284 milhões de toneladas, até setembro, contra 1,508 milhões de toneladas em 2019, o que representa uma retração de 14,8%.

Comércio exterior do Ceará

Insumos para a indústria são os principais itens da pauta de exportação do Estado

Itens mais exportados e importados pelo Pecém de janeiro a outubro (em US\$):

Exportações

- Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado / **798.019.790**
- Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos / **25.513.205**
- Alcatrões de hulha, de linita ou de turfa e outros alcatrões minerais / **10.063.607**
- Outras ligas de aço, em lingotes ou outras formas primárias; produtos semimanufaturados, de outras ligas de aço / **9.480.631**
- Peixes congelados, exceto os filés de peixes e outra carne de peixes / **3.642.861**

Importações

- Hulhas; briquetes, bolas e combustíveis sólidos semelhantes, obtidos a partir da hulha / **220.317.700**
- Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos / **50.384.782**
- Desperdícios, resíduos e sucata de ferro fundido, ferro ou aço; desperdícios de ferro ou aço, em lingotes / **10.838.646**
- Tijolos, placas (lajes), ladrilhos e peças cerâmicas semelhantes, para construção / **10.157.507**
- Alumínio em formas brutas / **5.555.029**

Principais países de destino e origem de produtos movimentados no Pecém de janeiro a outubro (em US\$):

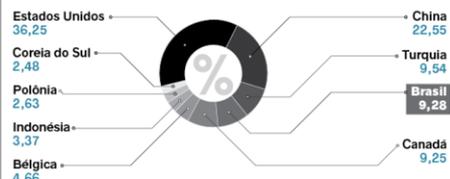
Exportações

Estados Unidos	244.563.390
China	199.892.132
Canadá	102.474.139
Turquia	81.579.715
Bélgica	51.863.664

Importações

Estados Unidos	158.072.104
Rússia	53.825.552
Colômbia	47.980.192
Coreia do Sul	18.225.860
China	15.891.109

Participação dos países nas exportações de placas de aço (principal item da pauta de exportação do Ceará):



Fonte: Ministério da Economia/Cipp

Diário do Nordeste

[https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/image/contentid/policy:1.3018758:1607044530/ARTT-041220_PEC041220-01.png?f=default&\\$p\\$=209511f](https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/image/contentid/policy:1.3018758:1607044530/ARTT-041220_PEC041220-01.png?f=default&p=209511f)

Expectativa para 2021

Rose diz que, inicialmente, não havia previsão de crescimento da movimentação neste ano, mas que agora, após a rápida recuperação, a expectativa é fechar o ano com 370 mil TEUs movimentados, volume 5,1% superior ao de 2019 (353 mil TEUs). Para 2021, apesar das incertezas e pouca visibilidade sobre o cenário macroeconômico no futuro próximo, Rose diz que a expectativa é de que haja um crescimento “saudável”.

“Nós vemos 2021 com muita incerteza ainda. Mas acreditamos que a cabotagem vai continuar a crescer, que vamos continuar a ver essa mudança do rodoviário para a cabotagem. E mesmo com toda essa incerteza, ainda acreditamos que podemos ficar com um crescimento saudável em torno de 5% para navegação de longo curso e de 10% para a cabotagem”, diz Rose.

Sobre a possibilidade de uma eventual nova paralisação das atividades econômicas devido a uma segunda onda de contaminação nos próximos meses, Rose acredita ser improvável que haja um novo fechamento como o que ocorreu no primeiro semestre. “Pensamos que não irá haver um fechamento total. Isso não significa que algumas atividades de alguns locais possam fechar. A Europa, por exemplo, fechou bastante coisa agora, mas a indústria continua. Além disso, os números do covid de casos e mortes estão bem menores do que antes. Então não contemplamos um novo fechamento total”, diz.

Infraestrutura

O significativo aumento do volume de frutas exportadas pelo Pecém fez com que o porto recebesse, no final de agosto, o maior navio a atracar em um porto cearense, o MSC Shuba B, com 330 metros de comprimento, 48 metros de largura e capacidade para 12.238 TEUs. A atracação do cargueiro foi possibilitada pela conclusão do berço 10 de atracação, que elevou a capacidade operacional do porto. “O novo berço 10 posiciona o Pecém entre um seleto grupo de portos da América Latina que pode receber novos navios Panamax com calados de até 15,3 m”, destaca Daniel Rose.

Os contêineres que passam pelo Porto do Pecém são movimentados por dois superguindastes do tipo STS (Ship to Shore), operados desde julho de 2016 pela APM Terminals. Também conhecidos como portêineres, os STS, diferente de outros tipos de guindastes, possuem maior velocidade no desembarque e embarque de contêineres para os navios.

“Esse recorde demonstra o quanto o Porto de Pecém está preparado para movimentar grandes quantidades de carga. Principalmente depois que o terminal ganhou mais um berço de atracação e passou a ter a capacidade operacional de receber até 10 navios simultaneamente, reduzindo assim o tempo de espera dos navios”, disse André Magalhães, gerente comercial da APM Terminals, ao comentar os resultados em outubro.

Placas de aço

Um dos principais itens da pauta de exportação do Ceará, as placas de aço da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) também vêm impulsionando a movimentação. Em outubro, o porto exportou 275.331 toneladas do produto, alta de 5,9% ante igual mês de 2019 (259.923 t). De janeiro a outubro, o Porto exportou 2.184.885 toneladas de placas de aço. O principal destino foram os EUA, que receberam 791.954 t do produto.

Fonte: Diário do Nordeste – CE

Data : 04/12/2020

EXPOLOG 2020 ACONTECERÁ DE FORMA VIRTUAL NOS DIAS 9 E 10 DE DEZEMBRO

Escrito por Redação, 15:32 / 04 de Dezembro de 2020. Atualizado às 15:51 / 04 de Dezembro de 2020

Inscrições para o evento já estão abertas e acontecem de forma gratuita



[https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/imagem/contentid/policy:1.3018918:1607107156/Logistica.jpg?f=16x9&\\$p\\$f=d1e1064](https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/imagem/contentid/policy:1.3018918:1607107156/Logistica.jpg?f=16x9&pf=d1e1064)

*Legenda: Evento deve discutir a logística e a transformação digital no mundo dos negócios
Foto: Carlos Marlon*

A Feira Internacional de Logística - Expolog 2020 será realizada entre os dias 09 e 10 de dezembro em formato completamente digital. Um dos mais importantes da área de logística do Brasil, o evento deve reunir nomes nacionais e internacionais com o tema "A logística e a transformação digital integrando negócios".

Realizada em parceria com a Câmara Brasil Portugal no Ceará - CBP-CE, Instituto Future, Prática Eventos e Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística do Estado do Ceará - SETCARCE, a programação deste ano conta com três seminários técnicos. São eles: Seminário Internacional de Logística, Seminário "Oportunidades para o Jovem Profissional na Logística" e Seminário "Logística no Agronegócio".

Entre as novidades do evento, um pavilhão de exposições virtual será disponibilizado com uma plataforma bilíngue, com o intuito de possibilitar a interação entre os participantes do Seminário Internacional de Logística. Segundo a organização do evento, outro objetivo é explorar a revolução digital na cadeia de suprimentos, o ecossistema de e-commerce e também a geração de negócios.

Enquanto isso, as inscrições para a Expolog acontecem no site oficial do evento de forma gratuita.

Expolog e Seminário Internacional de Logística

De 09 e 10 de dezembro

Inscrições: www.feiraexpolog.com.br

Fonte: *Diário do Nordeste* – CE

Data : 04/12/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

BENTO ALBUQUERQUE AFIRMA QUE ESPERA NO FUTURO INCLUIR TODAS AS ÁREAS NA OFERTA PERMANENTE

Por *Dérika Virgulino OFFSHORE 04 Dezembro 2020*



https://cdn-pen.nuneshost.com/images/170627-plataforma-pixabay-oil-rig-2191711_1920.jpg

No 2º Leilão de Oferta Permanente de áreas foram arrematadas 17 áreas de blocos. As áreas receberão investimentos mínimos de R\$ 160 milhões.

O Ministro de Minas e Energia do Brasil, Bento Albuquerque, afirmou durante o segundo Leilão de Oferta Permanente de áreas, realizado nesta sexta-feira (04), que espera no futuro incluir todas as áreas

no modelo de oferta permanente. Além desse modelo, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realiza leilões nos regimes de concessão e partilha.

Uma Resolução, elaborada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovada em junho de 2019, autorizou a agência a licitar o maior número de áreas no modelo de oferta permanente. “E eu tenho dito publicamente que essa é a tendência”, frisou Albuquerque. Segundo ele, tal decisão da ANP coloca aquele modelo como sendo o preferencial para licitação de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural. “Daqui para frente espero poder participar de muitos, muitos leilões de oferta permanente”, completou.

Nessa modalidade, existe oferta contínua de campos devolvidos ou em processo de devolução, de blocos exploratórios ofertados em licitações anteriores e não arrematados ou devolvidos à ANP. Também entram no modelo novos blocos exploratórios em estudo na ANP, com exceção de áreas dentro do polígono do pré-sal ou localizados na Plataforma Continental além de 200 milhas náuticas.

Neste segundo leilão, foram arrematados 17 blocos exploratórios em seis bacias (Campos, Paraná, Amazonas, Espírito Santo, Potiguar e Tucano) e uma área com acumulações marginais (Juruá, da Bacia do Solimões). Juntas, as áreas receberão investimentos de mais de R\$ 160 milhões.

O ministro afirmou que mesmo em um momento de pandemia, o interesse demonstrado pelas empresas revela a atratividade das áreas e consolida o modelo de leilões em oferta permanente. Isso porque, segundo ele, nesta modalidade os agentes estudam livremente as áreas em oferta e apontam aquelas nas quais pretendem aportar seus investimentos.

“Mesmo diante da maior crise do petróleo das últimas décadas, nesse ciclo houve manifestação de interesse por 14 setores de blocos exploratórios e por duas áreas de acumulação marginal. Portanto, esses números por si mesmos representam um grande sucesso”, disse Albuquerque. Ele destacou ainda que esses leilões assegurem a continuidade das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, assim como a contratação de bens e serviços e a manutenção e geração de emprego e renda para muitos profissionais no Brasil.

Ele lembrou que em 2019, além da oferta permanente com 33 blocos exploratórios e 12 áreas com acumulações marginais arrematados, foram realizadas também três rodadas de licitação de áreas nos modelos de concessão e partilha. Naquela ocasião houve uma arrecadação recorde de cerca de 84 bilhões de reais somente em bônus de assinatura.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/12/2020

FORNECEDORES LOCAIS DIALOGAM SOBRE OPORTUNIDADES PARA FRAGATAS TAMANDARÉ

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 04 Dezembro 2020



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201203-visita-abimaq-estaleiro-tkms-divulgacao-abimaq.jpg>
Divulgação Abimaq

Indústria nacional de navieças visitou estaleiro construtor em Itajaí (SC) e conversou com representantes do programa a fim de conhecer as demandas de nacionalização de equipamentos e do ciclo de vida do projeto. Para Abimaq, programa é principal da construção naval, entre projetos militares e civis, previsto para os próximos 10

anos no Brasil.

Representantes da indústria nacional de navieças visitaram, no último dia 25 de novembro, o estaleiro thyssenkrupp, antigo Oceana, em Itajaí (SC), que construirá o projeto das quatro fragatas classe Tamandaré. Membros das câmaras setoriais de equipamentos navais (CSENO) e de defesa (CSDS) da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) foram recebidos por dirigentes da thyssenkrupp e do estaleiro, além do diretor-presidente da sociedade de propósito específico (SPE) Águas Azuis, Fernando Queiroz, e do comandante Roberto Moura, gerente do programa de fragatas classe Tamandaré (PFCT) pela Empresa Gerencial Projetos Navais (Emgepron).

O presidente da câmara setorial de equipamentos navais, offshore e onshore da associação (CSENO/Abimaq), Bruno Galhardo, contou que a visita faz parte de um movimento de aproximação com intuito de aumentar a participação da indústria nacional nos projetos da força naval, em especial na nacionalização de equipamentos. Segundo Galhardo, o encontro foi oportunidade de apresentar o que os associados das câmaras podem oferecer ao projeto e entender as principais demandas da SPE para nacionalização, a fim de identificar os fornecedores locais que podem atender a demandas desse programa.

Galhardo destacou a aproximação da indústria nacional nesse projeto, o qual ele considera o principal da construção naval previsto para os próximos 10 a 15 anos no Brasil. “Esse é o principal projeto naval do país, entre encomendas civis e militares, nos próximos 10 anos. Se faz importante a presença da indústria para aumentar, ao máximo possível, o índice de conteúdo local do projeto”, defendeu o presidente da CSENO.

O estaleiro, que ficou sem atividades de construção após a entrega das últimas embarcações de apoio marítimo do grupo CBO, antigo proprietário do empreendimento, está em fase de preparação de instalações e equipamentos para a execução. A expectativa é que 2021 seja um ano voltado para parte de engenharia e projeto e que, no início de 2022, ocorra o corte da primeira chapa. A SPE Águas Azuis é formada pela thyssenkrupp Marine Systems (líder), Embraer Defesa & Segurança e Atech.

A Marinha já sinalizou em algumas ocasiões a possibilidade de, futuramente, demandar outras fragatas, devido à necessidade de renovação de navios-escolta da esquadra. Para Galhardo, da CSENO/Abimaq, um aumento na participação de indústrias nacionais também seria benéfico à

Marinha no aspecto do ciclo de vida do projeto e disponibilidade de peças de reposição durante os anos de operação das embarcações.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/12/2020

PRESIDENTE DA PETROBRAS DEFENDE FIM DO REGIME DE PARTILHA

Da Redação OFFSHORE 03 Dezembro 2020



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201203-roberto-castello-branco.jpg>

Contrato de partilha não tem sentido econômico, diz Castello Branco

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, defendeu hoje (3) mudanças nas regras de exploração e produção do petróleo no Brasil, que classifica como pouco atraentes aos negócios. Para ele, o regime de partilha deve ser extinto. Castello Branco participou de bate-papo online do Rio Oil & Gas, o maior evento do setor de óleo e gás na América Latina.

“Acho que o arcabouço regulatório para a exploração de petróleo no Brasil tem que ser modificado”, defendeu Castello Branco. “O contrato de partilha é algo que não tem sentido econômico, não traz nenhum estímulo à eficiência, taxa demasiadamente os produtores de petróleo. Um negócio complicado. O mundo dos negócios não gosta de coisas complicadas, querem coisas claras, transparentes, simples”, disse.

O regime de partilha foi instituído em 2010, após a descoberta do polígono do pré-sal, em 2007. As descobertas no pré-sal estão entre as mais importantes em todo o mundo na última década. Essa área é composta por grandes acumulações de óleo leve, de excelente qualidade e com alto valor comercial. Até então, todas as áreas eram concedidas sob o regime de concessão. Desde então, o país tem um regime regulatório misto.

O regime foi estabelecido, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para preservar o interesse nacional. Com esse modelo, a Petrobras participa junto com outras empresas da exploração de recursos, de forma acordada em licitações. As empresas vencedoras das licitações são aquelas que oferecem ao Estado brasileiro a maior parcela de petróleo e gás natural, ou seja, a maior parcela do excedente em óleo.

“O regime de partilha não é usado em países desenvolvidos, é usado exatamente em países em que o relatório do Banco Mundial Doing Business [em português, Fazendo Negócios] aponta como difícil fazer negócio. Isso não faz nenhum bem para o Brasil”, disse o presidente da Petrobras.

A disponibilidade de recursos naturais no Brasil, segundo ele, é uma condição necessária para que o país se posicione bem no mercado, “mas não uma condição suficiente. Vimos a evidência disso no leilão excedente de cessão onerosa no ano passado”, disse.

O leilão ocorreu em novembro do ano passado e foi o maior já realizado na indústria do petróleo. A Rodada de Licitações dos Excedentes da Cessão Onerosa (excedente do volume de petróleo e gás que a União cedeu à Petrobras) teve, no entanto, uma arrecadação de R\$ 69,960 bilhões em bônus de assinatura, enquanto a previsão de arrecadação era de até R\$ 106,5 bilhões. Dois dos quatro blocos sequer receberam ofertas das 14 empresas habilitadas a participar.

Castello Branco defende que haja apenas o regime de concessão. Segundo a ANP, nesse regime, o risco de investir e encontrar ou não petróleo ou gás natural é da empresa concessionária, que tem a propriedade de todo o óleo e gás que venha a ser descoberto e produzido na área concedida. Por esse modelo de contrato, a concessionária paga participações governamentais, tais como bônus de assinatura, pagamento pela ocupação ou retenção de área, royalties e, em caso de campos de grande produção, a participação especial.

Meio ambiente

Castello Branco ressaltou a importância de se reduzir as emissões de gases de efeito estufa e destacou que a empresa investe em pesquisas e em inovação, que podem também trazer benefícios para essa área.

“Eu acho que a Petrobras está usando e vai usar muito mais pesquisa e conhecimento adquirido e inovação não só para avançar no seus negócios. Estamos agora preocupados com a produção de petróleo depois de 2030, mas também em conciliar isso com a redução de carbono, ter uma produção cada vez mais limpa e essas inovações são muito importantes”, disse.

Castello Branco admitiu que as emissões ainda estão elevadas e que é preciso “correr contra o tempo em fazer o máximo possível para resolver esse problema”.

“Para cuidar do meio ambiente não é preciso pressão social nenhuma. Tem que cuidar, é uma coisa natural. Tão natural quanto cuidar da sua saúde”, afirmou.

Segundo o Relatório de Sustentabilidade de 2019 da Petrobras, no ano passado houve uma redução de 3% nas emissões em relação a 2018. A empresa firmou o compromisso de crescimento zero das emissões absolutas operacionais até 2025.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/12/2020

CADE VOLTA A APONTAR PONTOS DE MELHORIA EM REGRAS DE AFRETAMENTO

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 03 Dezembro 2020

Em resposta à SNPTA, presidente do órgão antitruste considerou que PL 4.199/2020 pode melhorar concorrência, mas apontou que dispositivos de afretamento carecem de análise mais aprofundada para garantir competitividade.

O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Barreto de Souza, afirmou que o projeto de lei 4.199/2020 (BR do Mar) apresenta um conjunto de medidas que tendem a melhorar o nível de concorrência na navegação de cabotagem e ponderou que há pontos na proposição que poderiam ser melhorados, sobretudo nas modalidades de afretamento. A avaliação foi encaminhada, por ofício, em resposta à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), na última quarta-feira (2), mesmo dia em que a pasta pediu esclarecimentos sobre o parecer anterior de Souza sobre os efeitos do PL da cabotagem.

Em resposta a um requerimento da senadora Kátia Abreu (PP-TO) sobre o tema, Souza havia identificado risco de concentração de mercado, considerando que, pelas propostas do PL 4.199, empresas estrangeiras que desejarem iniciar operações no Brasil necessitarão de investimento inicial maior em embarcações de grande porte para competir com líderes já estabelecidos no mercado. Ele também alertou que as regras podem restringir a entrada de novas empresas ou expansão de empresas de médio e pequeno porte já em operação. Esse parecer de Souza teve como referências duas notas técnicas do departamento de estudos econômicos (DEE/Cade), uma de outubro e outra de novembro.

O entendimento do Cade, na manifestação anterior, foi que a possibilidade de se usar embarcações de bandeira estrangeira para bloqueio de circularizações reforça os efeitos concorrenciais negativos indicados, decorrente dos critérios propostos para o afretamento por tempo. No caso dos afretamentos a casco nu, o órgão verificou que eles podem propiciar um aumento da oferta de embarcações, porém a total liberalização ocorrerá apenas em 1º de janeiro de 2023. A avaliação do Cade é que, sob a ótica concorrencial, é preferível que a remoção de barreiras ocorra o quanto antes.

“Reforço que o Cade não vê óbices nas alterações trazidas pelo PL, posto que, de uma forma geral, trata-se de conjunto de medidas que tendem a levar a maior nível de concorrência do que aquele que se verifica atualmente, constituindo avanço em relação ao arcabouço regulatório atual,

posto que se propõe a remover barreiras à expansão da concorrência na navegação de cabotagem no Brasil”, ressaltou na resposta à SNPTA, endereçada ao secretário Diogo Piloni. Nesse contexto, Souza destacou a flexibilização dos afretamentos por tempo — quando se contrata a embarcação com a armação — e a casco nu — quando se contrata apenas a embarcação e a empresa contratante fica responsável pela armação do navio.

Na nota, o presidente do Cade observou que a discussão se o BR do Mar contribuirá para o aumento da concorrência no setor é um assunto que guarda correlação com a antiga resolução normativa 01/2015, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A RN foi objeto de uma nota técnica do órgão antitruste, em fevereiro de 2018, que apontou que a norma estabelecia que o afretamento por tempo se limitava a uma determinada proporção da tonelage de porte bruto das embarcações próprias da empresa que pretende realizar o afretamento.

Segundo o presidente do Cade, o DEE informou que a análise de algumas questões ficou limitada porque continha premissas que não puderam ser aferidas. Ele acrescentou que as diferenças de custo entre modalidades de afretamento e seus efeitos concorrenciais e uma possível vantagem para grandes empresas decorrente de relações prévias com estaleiros estrangeiros são questões que ainda não foram abordadas pelo Cade em análises de fusões e aquisições do setor ou em estudos de mercado anteriormente elaborados. Souza frisou que a equipe técnica do Cade está à disposição da secretaria e do Ministério da Infraestrutura para esclarecer eventuais dúvidas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/12/2020